



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º andar –
Brasília – DF – CEP: 70.308-200 Telefones: (61) 2027-3213 / (61) 2027-3981
E-mail: conade@mdh.gov.br

Ata da Solenidade de Posse e da 132ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)
Data: 09/05/2023 a 10/05/2023

1 Nos dias nove e dez de maio de dois mil e vinte e três, foi realizada a 132ª Reunião Ordinária do
2 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), sob a Coordenação do
3 Conselheiro Titular e Presidente Interino do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com
4 Deficiência Décio Gomes Santiago e Representante da Fraternidade Cristã de Pessoas com
5 Deficiências do Brasil (FCD/BR). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros/as Titulares e
6 Suplentes da Sociedade Civil – Dia 09/05/2023: Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro,
7 Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheira Francine de Souza Dias
8 (ABRASCO); Conselheiro Titular Jô Nunes, Representante da Associação Brasileira da Síndrome
9 de Williams (ABSW); Conselheira Titular Juelina Nunes, Representante da Associação Brasileira
10 da Síndrome de Williams (ABSW); Conselheira Titular Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de
11 Oliveira, Representante da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves
12 (AFAG); Conselheiro Suplente Heithor Zanini Ruiz, Representante da Associação dos Familiares,
13 Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheiro Beto Pereira (ONCB) Conselheiro
14 Titular Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com
15 Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheiro
16 Suplente José Antônio Ferreira Freire, Representante da Confederação Brasileira de Desportos de
17 Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho
18 Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA); Conselheiro Suplente Denis de Assis da Silva,
19 Representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA); Conselheira Suplente
20 Laudeci Vieira dos Santos, Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças

21 Raras (FEBRARARAS); Titular Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação
22 Nacional das APAES (FENAPAES); Conselheiro Suplente Wagner Gonçalves Saltorato,
23 Representante da Federação Nacional das APAES (FENAPAES); Conselheiro Titular Jonas Pontes
24 de Oliveira Brito, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi
25 (FENAPESTALOZZI); Conselheiro Carlos Henrique Viana (FENAPESTALOZZI); Conselheiro
26 Titular Magno Prado Gama Prates, Representante da Federação Nacional de Educação e Integração
27 dos Surdos (FENEIS); Conselheiro Titular Joelson Costa Dias, Representante da Ordem dos
28 Advogados do Brasil (OAB); Conselheiro Suplente Clóvis Alberto Pereira, Representante da
29 Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheiro Titular Geziel Bezerra da Silva,
30 Representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF);
31 Conselheiro Titular Cesar Ackar Magalhães, Representante da Retina Brasil. Conselheiros do
32 Governo: Conselheiro Magno Prado Gama Prates; Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné;
33 Conselheiro Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito, Representante da Federação Nacional das
34 Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Conselheira Cristiana Scorza Guimaraens (MCID);
35 Conselheira Suplente Amanda Ivens Mina Arruda de Carvalho, Representante do Ministério das
36 Cidades (MCID); Conselheiro Ricardo Allan de Carvalho Rodrigues (MEC); Conselheiro Suplente
37 Rafael da Silva Maximiano, Representante do Ministério da Cultura (MINC); Conselheiro Titular
38 Wallace Dias Freitas, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social,
39 Família e Combate à Fome (MDS); Conselheira Deusina Lopes da Cruz (MDS/SNAS); Conselheiro
40 Fábio Augusto de Lima de Araújo (ME); Conselheira Cristina Mosquetta de Moraes (MJSP);
41 Conselheiro Suplente Antônio José do Nascimento José do Nascimento Ferreira, Representante do
42 Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania/ Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com
43 Deficiência (MDHC/SNDPD); Conselheira Lucimara Rosana Cardozo (MM); Conselheira Titular
44 Isadora Carvalho de Oliveira, Representante do Ministério dos Direitos Humanos e da
45 Cidadania/Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (MDHC/SNDPD);
46 Conselheira Titular Adriana Rodrigues Martins, Representante do Ministério das Relações
47 Exteriores (MRE); Conselheira Suplente Denise Maria Rodrigues Costa, Representante do
48 Ministério da Saúde (MS); Conselheiro Adroaldo Cunha Portal (MPS); Conselheiro Orion Sávio
49 Santos de Oliveira (MPS); Conselheira Camilla de Vilhena Bemergui (MTE); Conselheira Suplente
50 Cintia Bastos Bemerguy, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Conselheira
51 Titular Ludymilla dos Santos Chagas, Representante do Ministério das Comunicações (MCOM);

52 Ausência Justificada: Secretária Ana Paula (Conselheira do Governo) Ana Paula Feminella,
53 Secretária Nacional de Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência; Conselheiro Titular Carlos
54 Eduardo Ferrari, Representante da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais
55 (CBDV); Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari, Representante da Confederação Brasileira de
56 Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Titular Antoine Souheil Daher,
57 Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (FEBRARARAS);
58 Conselheira Titular Marcia Adão, Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT);
59 Conselheira Anna Paula Feminella (MDHC/SNDPD); Conselheiro Fábio Augusto Lima de Araújo
60 (ME); Acompanhantes: João Carlos Gonçalves (ONCB); Nerize Ferreira da Silva (ONEDEF);
61 Valeria Cavalcanti Carvalho dos Santos (CBDV); Rosângela Machado (Diretora de Políticas
62 Públicas de Educação Especial inclusiva do Ministério da Educação); Dácio Victor Silva Santiago
63 (FCD); Luciene Cardoso Costa Nery (FENAPESTALOZZI). Convidados: José Roberto (CUT);
64 Luciano (Assessor do Senador); Pablo Rafael Coêlho Antunes (SAM CC/PR); Vanessa B.
65 Tocantins (Ministério da Previdência); Luana Pinheiro (SNCF/MDS); Eduardo Gomor dos Santos
66 assessor (MJSP); Ivaldo Rodrigues Pereira (MPLPCD. Estiveram presentes os seguintes
67 Conselheiros/as Titulares e Suplentes Da Sociedade Civil – Dia 10/05/2023: Conselheira Maria do
68 Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheira
69 Francine de Souza Dias (ABRASCO); Conselheiro Titular Jô Nunes, Representante da Associação
70 Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW); Conselheira Titular Maria Cecília Jorge Branco
71 Martiniano de Oliveira, Representante da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de
72 Doenças Graves (AFAG); Conselheiro Suplente Heithor Zanini Ruiz, Representante da Associação
73 dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheira Suplente Laudeci
74 Vieira dos Santos, Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras
75 (FEBRARARAS); Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação
76 de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da
77 Comunidade (APABB); Conselheiro Fábio Augusto Lima de Araújo (ME); Conselheiro Suplente
78 José Antônio Ferreira Freire, Representante da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes
79 Visuais (CBDV); Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho Federal de
80 Engenharia e Agronomia (CONFEA); Conselheiro Suplente Denis de Assis da Silva, Representante
81 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA); Conselheiro Titular Décio Gomes
82 Santiago Representante da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiências do Brasil (FCD/BR);

83 Titular Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das APAES
84 (FENAPAES); Conselheiro Suplente Wagner Gonçalves Saltorato, Representante da Federação
85 Nacional das APAES (FENAPAES); Conselheiro Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito,
86 Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI);
87 Conselheiro Titular Magno Prado Gama Prates, Representante da Federação Nacional de Educação
88 e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheiro Titular Joelson Costa Dias, Representante da
89 Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conselheiro Suplente Clóvis Alberto Pereira,
90 Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheiro Titular Geziel
91 Bezerra da Silva, Representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos
92 (ONEDEF); Conselheiro Carlos Henrique Viana (FENAPESTALOZZI); Conselheiro Titular Cesar
93 Ackar Magalhães, Representante da Retina Brasil. Conselheiros do Governo: Conselheira Cristiana
94 Scorza Guimaraens (MCID); Conselheira Suplente Amanda Ivens Mina Arruda de Carvalho,
95 Representante do Ministério das Cidades (MCID); Carolina Fávero de Souza (MTUR); Conselheiro
96 Ricardo Allan de Carvalho Rodrigues (MEC); Conselheiro Titular Wallace Dias Freitas,
97 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à
98 Fome (MDS); Conselheira Cristina Mosquetta de Moraes (MJSP); Conselheiro Suplente Antônio
99 José do Nascimento José do Nascimento Ferreira, Representante do Ministério dos Direitos
100 Humanos e Cidadania/ Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
101 (MDHC/SNDPD); Conselheira Lucimara Rosana Cardozo (MM); Conselheira Suplente Denise
102 Maria Rodrigues Costa, Representante do Ministério da Saúde (MS); Conselheira Camilla de
103 Vilhena Bemergui (MTE); Conselheira Suplente Cintia Bastos Bemerguy, Representante do
104 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Conselheira Titular Ludymilla dos Santos Chagas,
105 Representante do Ministério das Comunicações (MCOM); Conselheiro Sandro Eli Malcher de
106 Alencar, Representante da Casa Civil (CC); Conselheiro Titular Geraldo Luiz Horta de Alvarenga
107 Junior, Representante do Ministério da Cultura (MINC); Conselheiro Fábio Augusto Lima de
108 Araújo (ME); Conselheira Suplente Louise Borges Branco, Representante do Ministério das
109 Relações Exteriores (MRE); Ausência Justificada: Conselheira Daniela Ferreira dos Reis (MJSP);
110 Conselheira Anna Paula Feminella (MDHC/SNDPD); Conselheiro Titular Raul de Paiva Santos,
111 Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheira Titular
112 Isadora Carvalho de Oliveira, Representante do Ministério dos Direitos Humanos e da
113 Cidadania/Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (MDHC/SNDPD);

114 Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari, Representante da Confederação Brasileira de Desportos
115 de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Titular Antoine Souheil Daher, Representante da
116 Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (FEBRARARAS); Conselheira Titular
117 Adriana Rodrigues Martins, Representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE);
118 Conselheira Titular Marcia Adão, Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT).
119 Acompanhantes: João Carlos Gonçalves (ONCB); Nerize Ferreira da Silva (ONEDEF); Dácio
120 Victor Silva Santiago (FCD); Luciene Cardoso Costa Nery (FENAPESTALOZZI). Convidados:
121 João Carvalho e Silva (CBCP); Roseane (CBCP); José Roberto Santana (CUT – SEEB –SP).
122 **ABERTURA 09/05/2023:** A Instalação do Plenário foi iniciada, o Presidente interino do Conselho
123 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência Décio Gomes Santiago, cumprimentou a todos,
124 foi verificado o quórum e assim iniciou a 132ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos
125 Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE). Em seguida, foi informada a pauta do dia
126 09/05/2023, composta por: 09h – Instalação do Plenário; 09h15 Aprovação da Pauta; 09h30 –
127 Aprovação da ATA da 131ª Reunião Ordinária; 10h – Centro-Dia/Cenário atual – Luciano Márcio
128 Freitas de Oliveira – Coordenador – Geral de Proteção Social Especial de média Complexidade do
129 Departamento de proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
130 Família e Combate à Fome; 10h30 – Política Nacional de cuidados – Ministério do
131 Desenvolvimento e Assistência Social, Família e combate à fome – Luana Pinheiro – Diretora do
132 departamento de Economia do Cuidado; 11h – Discussão sobre Diversidade e Interseccionalidade
133 da Pessoa com Deficiência e demais segmentos sociais – Eduardo Gomor dos Santos – Assessor da
134 Secretaria de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça; 12h – Almoço; 14h – Instalação do
135 Plenário; 14h15 – Regulamentação da profissão dos profissional de apoio ação de combate ao
136 bullying e capacitação dos professores quando ao atendimento de estudantes com deficiência- Maria
137 do Rosário Figueiredo Tripodi - Secretária de educação continuada, Alfabetização de Jovens e
138 Adultos, Diversidade e Inclusão – SECADI e Sr. Cléber dos Santos Vieira – Assessor do Ministério
139 da Educação; 16h – Passe Livre interestadual - Rossiele e Silva Ferraz Formiga- Coordenadora do
140 passe livre - Superintendência de Serviço de Transporte Rodoviário de Passageiros – SUPAS/
141 ANTT e Passe Livre Brasil. 18h – Encerramento. E imediatamente adiantou a pauta do dia
142 10/05/2023, composta por: 09h – Instalação do Plenário; 09h30 – Avaliação Biopsicossocial -
143 Indicação de Representante para o GT Daiane Mantoanelli – Coordenadora Geral de Dados e
144 Informação.10h30 – Apresentação do Comitê de Clubes Paraolímpicos – João Batista -

145 Presidente;11h30 - Apresentação do Relatório da Comissão de Articulação de Conselhos – CAC e
146 do Relatório da Comissão da Organização da V Conferência – Indicação de 1 representante da
147 Sociedade civil para compor a Comissão. 12h – Almoço; 14h – Instalação do Plenário; 14h15 –
148 Informe de Participação da CAMSS e Interconselhos; 14h30 – Apresentação do Relatório da
149 Comissão de Orçamento e Finanças Públicas – COF; 15h – Apresentação do Relatório da Comissão
150 de Comunicação Social – CCS; 15h30 – Apresentação do Relatório da Comissão de
151 Acompanhamento e Monitoramento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e
152 da Lei Brasileira de Inclusão – CMC; 16h – Apresentação do Relatório da Comissão de Defesa e
153 Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP; 16h30 – Apresentação do Relatório da
154 Comissão de Políticas Públicas – CPP; 17h – Encerramento. Ato Contínuo, o Conselheiro Beto
155 sugeriu ao Pleno colocar em Pauta um assunto de discussões nos meios das pessoas com
156 deficiência, das entidades, das redes sociais, da mídia, inclusive da Política Nacional Brasileira,
157 com a possibilidade de arrecadar de 3 a 5 Bilhões de reais, para execuções de Políticas Públicas,
158 com a possibilidade de que pessoas com deficiência, passam trabalhar fazendo a venda da Lotex,
159 conhecida como 'raspadinha'. Destacou que é um assunto que desde março está na mídia mais
160 presente e que esse conselho não discutiu em abril e assim separar alguns minutos dessa pauta e
161 deixar as nossas impressões, nosso alinhamento favorável, para que o CONADE esteja
162 sincronizado, e solicite informações complementares do Governo sobre o assunto. O Conselheiro
163 Adnilson Marins propôs não colocar nessa pauta de hoje, mas amanhã apresentar dentro do
164 Relatório da Comissão. A Sra. Maria Cecília pontuou uma preocupação que algumas associações
165 tem com relação a um julgamento pelo STF, de um recurso extraordinário, com relação a
166 tratamento terapias de alto custo e destacou que o que preocupa é que houve uma complementação
167 do voto do Alexandre de Moraes, em que ele coloca alguns requisitos para que essa pessoa tenha
168 direito a esse tratamento, que seria a não vedação pela CONITEC - Comissão de Incorporação de
169 Novas Tecnologias e também que haja um parecer por escrito da CONITEC com relação a eficácia
170 e segurança desse tratamento, que é um atributo da Anvisa e não CONITEC. Sugeriu levar um
171 ofício que tivesse a representação do CONADE, nessas manifestações que seria extremamente
172 importante porque é um assunto que pode a vir prejudicar muitas pessoas com deficiências. O
173 Conselheiro Antônio José observou ter dificuldade de tratar desse tema da loteria, porque ainda não
174 houve uma conversa do Ministério da Fazenda e não se sabe como será. Registrou que talvez a
175 proposta é fazer essa discussão com maturidade na próxima reunião, com um alinhamento do

176 Governo, do Ministério da Fazenda, e fazer uma discussão mais aprofundada, afim de sanar todas as
177 dúvidas com relação ao assunto. O Conselheiro Beto considerou que há um tempo para essa MP, e
178 sugeriu fazer um encaminhamento para o Governo através dessas dúvidas levantadas e apresentar
179 na próxima reunião, correrá o risco de perder essa oportunidade, que a princípio atende as pessoas
180 com deficiência, que trará um avanço para esse segmento. O Presidente Décio Gomes Santiago
181 acatou a proposta do Conselheiro Edmilson, na proposta de discutir a questão da Lotex na próxima
182 reunião da CONADE, com a pauta de apresentação do Relatório da Comissão. A Conselheira
183 Camila pontuou que não é discutir a MP, é discutir a questão da exclusividade do trabalho da pessoa
184 com deficiência na venda da Lotex, o Ministério do Trabalho ainda não se posicionou. O Presidente
185 Décio Gomes Santiago aprovou a ata e em seguida avançou para o ponto de pauta sobre o Centro-
186 Dia/Cenário atual. O Sr. Luciano Márcio Freitas de Oliveira Apresentou sobre o cenário atual do
187 Centro Dia, uma unidade pública que oferece atendimento especializado a pessoas idosas e com
188 deficiência que necessitam de cuidados. Exibiu dados sobre a cobertura da política de assistência
189 social no Brasil, destacando a presença de diversas unidades de acolhimento, atendimento de média
190 complexidade, o Centro Dia e serviços específicos para a população em situação de rua. Ressaltou a
191 importância do Centro Dia na oferta de serviços especializados, organizados de acordo com o ciclo
192 de vida das pessoas, abrangendo crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos, foram
193 mencionadas ações relacionadas ao compartilhamento dos cuidados básicos da vida diária com as
194 famílias e cuidadores, como apoio à convivência, organização da vida cotidiana e fortalecimento de
195 vínculos familiares, comunitários e sociais. Destacou a falta de dados específicos sobre o Centro
196 Dia, uma vez que os dados do Censo SUAS 2022 ainda não foram publicados. Observou a
197 participação do Centro Dia nos Conselhos de defesa de direitos, embora a presença nos Conselhos
198 relacionados à criança e ao adolescente, à pessoa com deficiência e ao idoso seja menor. Foram
199 abordadas as diferentes categorias de pessoas atendidas pelo Centro Dia, incluindo crianças,
200 adolescentes, adultos com deficiência e idosos com diferentes graus de dependência. Foi ressaltada
201 a necessidade de articulação entre o Centro Dia e o Centro de Referência Especializado de
202 Assistência Social (CREAS), a fim de complementar o atendimento oferecido. Discorreu sobre
203 algumas atividades desenvolvidas no Centro Dia, como acolhida, estudo social, atividades de
204 convivência, cuidados básicos da vida diária, apoio ao desenvolvimento pessoal e orientação aos
205 cuidadores e familiares. Também foram mencionados os encaminhamentos para serviços de outras
206 políticas públicas e órgãos de defesa de direitos. Ressaltou a importância do Centro Dia como um

207 serviço de proteção social e a necessidade de fortalecer a relação entre o Centro Dia e o CREAS,
208 além de destacar a responsabilidade estatal na proteção das pessoas com deficiência e a relevância
209 do serviço oferecido. Lembrou historicamente, que as organizações sociais desempenharam um
210 papel fundamental na garantia dessa proteção, mas ao longo do tempo o Estado passou a se
211 envolver nessa parceria. Apontou a implantação de 28 unidades do Centro Dia em 2012, sendo
212 efetivamente implantadas 19 delas e que essa iniciativa contou com a participação de 50% dos
213 Municípios por meio de Organizações Sociais, ressaltando sua importância na rede de proteção
214 social, que atualmente, existem 1919 unidades em todo o país que atuam nessa rede de proteção.
215 Ressaltou que o serviço do Centro Dia é fundamental para a rede de cuidado e convivência, sendo
216 um direito fundamental e objeto de proteção na política pública de assistência social. Mencionou a
217 importância da articulação com a Secretaria de Cuidados, visando a qualificação dos serviços e
218 concluiu que o Centro Dia marca a diferença na proteção social brasileira, junto com outras
219 políticas de assistência. O Conselheiro Antônio José resgatou a responsabilidade estatal na proteção
220 social, destacando a Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, que define os públicos-alvo dessa
221 assistência, incluindo crianças, idosos e pessoas com deficiência. Destacou as dificuldades
222 enfrentadas na implementação das políticas sociais, como a falta de estrutura adequada nas unidades
223 de atendimento, como CREAS e CRAS, que muitas vezes estão em condições precárias e sem
224 acessibilidade. Mencionou a criação do Centro Dia de referência para atendimento às pessoas com
225 deficiência no programa Viver sem Limite, com a meta inicial de implantar 10 centros por Estado,
226 mas devido a dificuldades na pactuação entre Estados e Municípios, foram estabelecidos apenas 19
227 centros, sendo metade deles conveniados com organizações sociais. Compreendeu o cenário atual
228 dos Centros Dia para pessoas com deficiência, incluindo o número de usuários atendidos e os
229 protocolos de atendimento, da existência de cerca de 520 conselhos de direitos da pessoa com
230 deficiência em 2016, mas ressaltou que nos últimos 6 anos houve retrocessos nas Políticas Sociais,
231 incluindo redução nos investimentos na Assistência Social. Sugeriu que o Departamento ou
232 Secretaria responsável faça um trabalho mais ativo e presencial nos Municípios para obter
233 informações mais precisas e conhecer a realidade local. Questionou sobre o atendimento de crianças
234 com deficiência pelos Conselhos Tutelares e o estímulo ao atendimento em língua de sinais e
235 acessibilidade para pessoas surdas nos CRAS e CREAS. A Sra. Deusina Lopes destacou a
236 contribuição da assistência social no apoio a pessoas com deficiência e idosos, por meio de
237 parcerias com entidades sociais. Lembrou que desde a extinção do LBA em 2005, houve esforços

238 para implementar o SUAS, com a promessa de repasses financeiros do governo e do SUS, e que
239 esse recurso foi transformado em piso de transição de média complexidade e tem sido repassado até
240 os dias atuais. Abordou que são necessárias ações de convivência e fortalecimento de vínculos
241 familiares e que os serviços não se limitam apenas a um Centro Dia específico, mas pode ser
242 realizado em parcerias. Enfatizou a importância de ter uma visão dinâmica do processo,
243 considerando os diferentes públicos e ciclos de vida, na articulação com o PPC-LOAS e a oferta de
244 benefícios para pessoas idosas com deficiência. Destacou o autismo como um tema que precisa de
245 proteção especial e articulação por parte da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e
246 preocupa com o indicativo de suicídio, relatando um caso de uma mãe com filhos autistas em
247 situação de risco. Concluiu que é importante se dedicar a esse campo de atuação e colocou à
248 disposição para avançar e superar os desafios. A Conselheira Francine de Souza abordou questões
249 relacionadas aos dados demográficos da população atendida no Centro Dia, questionou se existem
250 informações sobre gênero e raça dessas pessoas, se há dados sobre o acesso ao serviço por parte das
251 pessoas em situação de rua, levando em consideração sua inclusão na rede de proteção social.
252 Ressaltou a falta de políticas específicas para pessoas em situação de rua e destaca a importância da
253 habilitação e reabilitação como um direito constitucional no âmbito da Assistência Social. Informou
254 que nos serviços de habilitação e reabilitação, de atribuição do CNAS e do Centro Dia, houve um
255 aprimoramento significativo dessa política. Destacou que na habilitação e reabilitação não foram
256 abordadas, em documentos posteriores à resolução, e questionou se há discussões em andamento
257 sobre esse tema no âmbito da Assistência Social, incluindo o Centro Dia. A Sra. Maria do Carmo
258 notou a necessidade de melhorias no Centro Dia devido à grande procura e à falta de oferta
259 adequada e observou que atualmente, cada criança é atendida apenas uma ou duas vezes por
260 semana, durante duas horas por dia, o que é considerado um atendimento precário. Destacou que
261 essa situação dificulta a vida das mães, que precisam cuidar dos filhos o tempo todo, sem
262 oportunidades de emprego ou aposentadoria, é importante fortalecer a oferta de serviços do Centro
263 Dia, aumentando a participação do Governo Federal, Estadual e Municipal para atender às
264 necessidades das mães que dependem desse suporte. O Conselheiro Adinilson Marins informou
265 que em 2018 era 941 Unidades das APAES, similar ao Centro Dia, em 2021 com 1.155 unidades
266 em todos os Estados da Federação, a rede APAE tem 2,47mil unidades no país, a recomendação da
267 Política Nacional integrada é que o serviço indicado as pessoas com deficiência intelectual é o
268 Centro Dia, porque se acredita no equipamento público e nas ofertas de serviço. Ressaltou que os

269 números apresentados do Senso Suas são sérios e relevantes, porque a Rede Apae junto com a
270 Gestão Municipal tem critério rigoroso na apresentação dos números. O Conselheiro César
271 mencionou que a maioria das pessoas com deficiência visual adquirem essa condição ao longo da
272 vida, geralmente na idade adulta. Informou que os dados da Organização Mundial de Saúde
273 mostram que países como o Brasil têm um número maior de pessoas com deficiência visual em
274 comparação com países mais desenvolvidos, o que pode ser atribuído às deficiências na política de
275 saúde do país. Preocupou com relação ao atendimento de reabilitação e ao Centro Dia, alegando que
276 outras deficiências recebem mais atenção e recursos, enquanto a deficiência visual é menos
277 atendida. Solicitou um levantamento mais específico sobre a deficiência visual dentro da política. O
278 Sr. Joelson Dias expressou gratidão pela presença e informações fornecidas pelo Sr. Luciano e em
279 seguida, reiterou a proposta de encaminhar todos os assuntos discutidos para as respectivas
280 Comissões do CONADE. Destacou também analisar e estudar as informações apresentadas e
281 solicita que as Comissões do CONADE façam os encaminhamentos necessários com base nas
282 intervenções e manifestações e que, se necessário, podem ser solicitados esclarecimentos adicionais
283 aos convidados. solicitou parâmetros a serem considerados pela Comissão ao examinar a qualidade
284 dos cuidados, programas, atividades, capacitação dos profissionais, financiamento, contratação de
285 pessoal, compra de equipamentos, manutenção das instalações e atendimento aos usuários nos
286 Centros Dia. Preocupou sobre barreiras de acesso, sensibilidade dos Centros, isolamento social,
287 redução de custos, supervisão, atividades sociais e recreativas, acesso para pessoas de baixa renda,
288 transporte e participação social. O Sr. Luciano Márcio observou que já fez as anotações para revisar
289 o Censo das informações discutidas, de realizar uma avaliação do questionário sensorial que será
290 essencial para avaliar as pessoas, a fim de incluir questões adicionais sugeridas pelos Conselheiros
291 César, José e Joelson. Mencionou que a Vigilância Socioassistencial encaminhou dados atualizados
292 de 2022 e que estão em processo de organização para apresentar ao CONADE. Comprometeu-se a
293 elaborar um relatório com os dados e questões levantadas para apreciação do CONADE e se for
294 necessário, sugeriu retornar com dados mais qualificados para avançar nas discussões e sugestões
295 apresentadas. Abordou a questão da acessibilidade da precariedade de serviços e a dificuldade de
296 acesso para a população em situação de rua, com deficiência. Ressaltou discutir e inserir essa
297 temática em serviços de acolhimento, como o Centro POP. Comprometeu incluir as questões das
298 pessoas com deficiência visual no filtro do questionário e encaminhá-las ao Conselho, também
299 sintetizar as informações discutidas no relatório e disponibilizá-lo aos Conselheiros, fornecendo

300 subsídios para questionar e avançar nas discussões. reafirmou o compromisso de enviar a síntese
301 dos dados de 2022 o mais rápido possível e rever o questionário do Censo SUAS para incluir as
302 questões essenciais levantadas. A Sra. Deusina Lopes mencionou que nos municípios muitas
303 crianças com deficiência são atendidas, mas algumas só conseguem passar por uma avaliação
304 médica no INSS para buscar o BPC, mas que a falta do laudo e do CID não impediu o acesso ao
305 benefício. Completou ainda que há um número de crianças com deficiência visual, cerca de 2% das
306 1.279 crianças avaliadas, e que suas histórias e origens são desconhecidas. Destacou as dificuldades
307 enfrentadas, como a necessidade de trabalhar em colaboração com a Secretaria de Educação, para
308 inclusão em sala de aula e a Secretaria de saúde para o devido acompanhamento e apelou pedindo
309 confiança no grupo colaborativo e experiente ao qual pertence, afirmando que e possuem muitos
310 dados e números e estão empenhados em melhorar suas informações. O Sr. Luciano Márcio
311 agradeceu e se comprometeu trazer um relatório com base na análise dos dados realizada pela
312 vigilância sócio assistencial, que irá abordar as questões levantadas pelos participantes, para serem
313 discutidas posteriormente. Reconheceu essas questões em orientar e definir os próximos passos,
314 levando em consideração o Estado atual da rede de proteção social, que apesar dos desafios
315 enfrentados desde 2016, a equipe está empenhada em fortalecer a Política Pública Brasileira com
316 qualidade e expertise. O Presidente Décio Gomes Santiago sem mais a acrescentar, avançou-se ao
317 próximo ponto de pauta Política Nacional de cuidados do Ministério do Desenvolvimento e
318 Assistência Social, Família e combate à fome. A Sra. Luana Pinheiro apresentou uma breve
319 contextualização sobre a missão de desenvolver uma política nacional de cuidados. Refletiu sobre o
320 conceito de cuidado, destacando que é um conceito amplo e cada indivíduo pode ter uma definição
321 diferente do termo. Explicou que o cuidado envolve a produção de bens e serviços para a
322 reprodução da vida, abrangendo atividades básicas do dia a dia, como cuidar de crianças,
323 alimentação, higiene e cuidado do domicílio. Ressaltou que o cuidado vai além dessas atividades e
324 inclui um trabalho emocional que envolve o estabelecimento de vínculos afetivos. Enfatizou que o
325 cuidado é um direito e uma necessidade de todas as pessoas em algum momento da vida, que a
326 dependência e a autonomia estão intimamente ligadas ao cuidado, citando crianças, idosos e pessoas
327 com deficiência como grupos que requerem um cuidado especial, o cuidado é um bem público
328 essencial para o funcionamento da sociedade, beneficiando não apenas aqueles que recebem o
329 cuidado, mas também o grupo maior de pessoas envolvidas. Observou que a forma como o cuidado
330 é atualmente organizado no Brasil é injusta, que as famílias carregam uma carga desproporcional de

331 trabalho, especialmente as mulheres, resultando em uma divisão desigual do trabalho de cuidado
332 entre homens e mulheres. Ressaltou que o mercado de trabalho e as Instituições Públicas e Privadas
333 também são predominantemente ocupados por mulheres, principalmente mulheres negras e que essa
334 desigualdade de gênero e racial no trabalho de cuidado, gera impactos negativos na sociedade,
335 como limitações de oportunidades para as mulheres, desigualdade de renda e restrições à
336 participação no mercado de trabalho. Apresentou dados do IBGE que mostram que as mulheres
337 gastam cerca de 20 horas por semana em trabalho doméstico e de cuidado não remunerado,
338 enquanto os homens gastam aproximadamente 10 horas. Destacou que as mulheres negras e aquelas
339 com renda mais baixa estão ainda mais sobrecarregadas. Defendeu a necessidade de transformar a
340 organização do cuidado, onde o Estado assume um papel proeminente, que implica em não apenas
341 redistribuir as responsabilidades da família, mas também envolver o Estado, o mercado e a
342 comunidade na oferta de cuidados. Realçou a importância de Políticas Públicas abrangentes que
343 abordem o cuidado ao longo do ciclo de vida e promovam a integração entre os diferentes setores,
344 como assistência social, educação e saúde. Abordou a políticas de cuidado como elemento
345 fundamental no sistema de proteção social para garantir o bem-estar da sociedade e que investir no
346 setor de cuidado não só promove o bem-estar individual, mas também impulsiona a economia,
347 gerando uma grande quantidade de empregos, especialmente para mulheres e mulheres negras.
348 Completou que esses investimentos contribuem para aumentar a renda familiar, ampliando o
349 consumo e aumentando a arrecadação de impostos, proporcionando retornos positivos para a
350 sociedade. Considerou que a política integrada de cuidados deve reconhecer e enfrentar as
351 desigualdades estruturais existentes na sociedade, garantindo o direito de todas as pessoas que
352 necessitam de cuidado, receberem esse cuidado. Inicialmente, priorizando 4 grupos: crianças e
353 adolescentes; pessoas idosas com necessidades de cuidado; pessoas com deficiência que precisam
354 de cuidado; e trabalhadoras e trabalhadores do cuidado. Reconheceu a acessibilidade, reconhecendo
355 que a autonomia e a dependência são construções sociais. Destacou também combater a opressão e
356 a violência justificadas pelo cuidado, promovendo uma política emancipatória. Pontuou o
357 reconhecimento e a valorização do trabalho em distribuir equitativamente essa responsabilidade,
358 aliviando a carga de trabalho das famílias e das mulheres, promovendo uma cultura de
359 responsabilidade compartilhada, igualdade de gênero, gerando empregos e impulsionando a
360 economia. Observou que a construção dessa política é uma tarefa complexa que envolve a
361 coordenação de diversos Ministérios e a consideração de diferentes aspectos, como tempo, recursos,

362 serviços e legislação. Notificou que a proposta é formular um diagnóstico inicial para compreender
363 quais são os serviços e políticas de cuidado existentes atualmente, identificando também quais
364 necessitam ser criadas ou ajustadas, estabelecendo objetivos e ações a serem implementadas.
365 Destacou que a participação social é uma diretriz do Governo, e o grupo de trabalho busca
366 promover a participação por meio de Conselhos, Conferências, Consultas Públicas e Audiências,
367 além de dialogar com a rede de pesquisa, o Congresso Nacional e o Sistema Estatístico Nacional
368 para aprimorar a produção de informações sobre o cuidado, especialmente voltado para pessoas
369 com deficiência. Acentuou troca de experiências com outros países, uma vez que o Brasil está um
370 pouco atrasado em relação aos vizinhos na construção da Política Nacional de Cuidado, com o
371 objetivo de criar um marco normativo que reconheça o cuidado como um direito de todas as pessoas
372 ao longo de suas vidas, em todos os momentos. Concluiu que a intenção é avançar nesse processo e
373 garantir o atendimento das demandas e a compreensão sobre o tema. A Sra. Jô Nunes mencionou a
374 existência de uma outra realidade na sociedade, onde as pessoas não enxergam além da pessoa com
375 deficiência, tornando-os invisíveis. Ressaltou sobre a carga adicional de ser mãe cuidadora e
376 dedicou sua vida ao cuidado do filho e de algumas que estão em situação de rua, porque dedicaram
377 suas vidas ao cuidado dos filhos, não contribuíram para a sociedade, não se capacitaram, e agora
378 estão enfrentando dificuldades em sobreviver. Apelou para que a sociedade também pense nessas
379 mães cuidadoras e ofereça suporte adequado dentro do amparo social. O Conselheiro Suplente
380 Wagner refletiu que o serviço de domiciliar é de extrema importância para as pessoas que têm
381 deficiência com maiores necessidades de apoio e da pessoa que está em deficiência em processo de
382 envelhecimento. Lembrou também das unidades de acolhimento que precisam ser pensadas nesse
383 serviço de cuidado. O Conselheiro Magno Prado cogitou sobre os desafios enfrentados no cuidado
384 de uma pessoa com deficiência, principalmente em relação ao trabalho, questionou qual seria a
385 relação ideal e quais são os direitos relacionados aos horários de trabalho. Reconheceu a
386 possibilidade de trabalhar em casa, mas pondera sobre a complexidade dessa situação, sendo uma
387 pessoa surda com um filho autista, que representa um desafio significativo em relação à conciliação
388 dessas questões. O Sr. Joelson Dias agradeceu à convidada pela sua manifestação e mencionou
389 sobre a última reunião do Ministério do Desenvolvimento, que foi a primeira reunião
390 Interconselhos, onde o Governo havia sido informado antecipadamente sobre a necessidade de
391 acessibilidade de acordo com os direitos garantidos pela Constituição e pela Convenção. Destacou,
392 que não se justifica a falta de acessibilidade e foi proposta uma nota sobre essa falta de

393 acessibilidade na reunião Interconselhos, que foi aprovada pela presidência ampliada. Mencionou
394 que o objetivo é levar ao conhecimento do Ministério dessa grave violação aos direitos das pessoas
395 com deficiência e de todos os participantes, ressaltando a diversidade e pluralidade, afirmando que
396 essa violação afeta todos os indivíduos e a participação da comunidade como um todo. Concluiu
397 que a proposta é que o Ministério e a Ministra assumam o compromisso de garantir a sensibilidade
398 e acessibilidade nas próximas reuniões e no orçamento participativo, além de dialogar com outros
399 órgãos governamentais para garantir antecipadamente essa sensibilidade, evitando assim futuras
400 violações. A Sra. Maria do Carmo relatou sobre a responsabilidade de cuidar de um filho com
401 problemas de saúde, que não possui plano de saúde para cobrir as despesas. E ressaltou a
402 dificuldade enfrentada por uma mãe de baixa renda que não possui recursos para comprar itens
403 essenciais e enfrenta grandes dificuldades no fornecimento de materiais de saúde. Realçou a
404 importância do apoio domiciliar, da necessidade de uma rede de proteção que forneça suporte a essa
405 mãe, pois os cuidadores também podem adoecer ou enfrentar problemas semelhantes. Defendeu a
406 inclusão dessa discussão, para garantir um suporte adequado para as famílias que necessitam de
407 assistência domiciliar. A Sra. Luana Pinheiro agradeceu as contribuições dos participantes e destaca
408 a importância da discussão sobre o cuidado domiciliar, onde o envelhecimento das cuidadoras é
409 uma questão relevante, pois a população está envelhecendo e, conseqüentemente, as redes
410 familiares de cuidado também estão envelhecendo, resultando em uma maior demanda por cuidado
411 e uma oferta limitada. Registrou discutir o papel das mulheres nessa rede de cuidado e a
412 necessidade de políticas que garantam o suporte adequado às cuidadoras e também a acessibilidade
413 a fim de garantir a participação de todas as pessoas e se comprometeu a levar as discussões para o
414 Ministério e a Secretaria Geral. Informou a existência de Projetos de Lei relacionados ao cuidado
415 que estão em tramitação no Congresso e destacou a instalação de um grupo de trabalho e convidou
416 todos os participantes para a reunião no dia 22. O Presidente Décio Gomes Santiago sem mais a
417 acrescentar, avançou-se ao próximo ponto de pauta sobre a Discussão sobre Diversidade e
418 Interseccionalidade da Pessoa com Deficiência e demais segmentos sociais, apresentado pelo Sr.
419 Eduardo Gomor dos Santos – Assessor da Secretaria de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça. O
420 Sr. Eduardo Gomor dos Santos discorreu sobre alguns conceitos como a diversidade que tem
421 características que as pessoas tem, que as desigualdades colocam essas pessoas, em grupos que
422 podem facilitar ou dificultar o seu acesso aos direitos, falou sobre a diversidade de inclusão e de
423 respeito a essas pessoas. Destacou dar concretude a essas diversidades e excluir essa visão abstrata

424 de identidade e a diversidade não dá conta da interseccionalidade de opressão. Observou que no
425 mundo de produção Capitalista que privilegia a utilidade das pessoas e os que não tem utilidade
426 acabam sendo desumanizados e inferiorizados. Apresentou sobre a promoção da diversidade em que
427 o órgão precisa manter os dados atualizados, a fim de fazer políticas públicas efetivas, Políticas de
428 valorização e formação e política de repressão. Chamou a atenção da implementação das Políticas
429 afirmativas, que são fundamentais para alterar o perfil da força de trabalho na Administração
430 pública, tratando assim da Equidade e discriminação positiva, visão dinâmica e concreta sobre os
431 indivíduos e igualdade formal e material. Pontou sobre os objetivos dessas políticas: refinamento da
432 meritocracia, reparação histórica, representatividade, convivência forçada com as diferenças,
433 pluralidade de perspectivas, controle de legalidade, reparação e representatividade e exemplaridade.
434 Abordou alguns dados das pessoas com deficiência, onde menos de 1% no setor público, nas
435 carreiras de diplomacia 3% de mulheres negras. Abordou a alteração na forma e no conteúdo dos
436 concursos públicos e a ideologia dos concursos que acaba dando lucro a cursos preparatórios e
437 organizadoras de concurso e refutou que haja uma empresa pública que faça a seleção dessas
438 pessoas. Reforçou que esse é um espaço de monitoramento e da intervenção da participação social
439 democrática da Sociedade Civil na implementação dessas Políticas. O Sr. Joelson Dias reforçou o
440 conceito de interseccionalidade nos registros e na doutrina das políticas públicas de inclusão das
441 pessoas com deficiência, destacou compreender a interseccionalidade, que envolve a interconexão
442 estrutural do racismo, do capitalismo, do capacitismo, das identidades e das políticas identitárias, e
443 que a falta de compreensão dessa interseccionalidade leva à discriminação baseada em raça, sexo,
444 orientação sexual e capacidade, entre outros. Ressaltou a interseccionalidade na Secretaria de
445 Acesso à Justiça e mencionou as manifestações das Nações Unidas sobre a discriminação
446 interseccional e destacou incorporar esses instrumentos na prática para entender como ocorre a
447 discriminação em diversas áreas, destacou os comentários gerais do comitê da ONU sobre a
448 implementação da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, os quais o Brasil
449 ratificou, destacando a supervisão e implementação dessa convenção como fundamentais para a
450 Secretaria de Justiça do Ministério da Justiça. O Conselheiro Antônio José levantou a questão da
451 interseccionalidade, destacando que muitas vezes os movimentos que discutem raça, gênero e
452 deficiência não abordam a interseção dessas questões, destacou a falta de discussão sobre raça e
453 deficiência no Ministério da Igualdade Racial e a falta de aprofundamento sobre os desafios e
454 obstáculos enfrentados pelas mulheres com deficiência em relação às questões de gênero e

455 deficiência, e a falta de avanço em ações afirmativas e a necessidade de mais acesso e afirmação nas
456 políticas públicas para todas as pessoas. O Conselheiro Beto Pereira concordou de que as pessoas
457 com deficiência são uma minoria e mencionou exemplos em que medidas como a Lei de cotas para
458 pessoas negras e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família também foram
459 chamados de esmola e caridade, distorcendo o seu propósito. Reforçou ampliar o acesso das pessoas
460 com deficiência a recursos, renda, trabalho e dignidade, enfatizando que algumas pessoas ainda
461 chamam essas propostas de caridade. Parabenizou a apresentação que trouxe à tona a necessidade
462 de Políticas afirmativas que não estejam sob o controle daqueles privilegiados, como homens
463 brancos com altos salários, que muitas vezes utilizam serviços que eles mesmos consideram
464 precários e tentam desmerecer as possibilidades abertas pelo governo e pelo Estado brasileiro para a
465 população mais vulnerável. O Sr. Eduardo Gomor dos Santos comentou que as Políticas afirmativa
466 são um refinamento da meritocracia, expressou ser crítico na questão de a políticas afirmativa
467 ficarem confinadas no Ministério e suas Secretarias, e que muitas vezes não dialogam com os outros
468 setores e concordou em se ter outra estrutura sem privilégios na sua plenitude. O Presidente Décio
469 Gomes Santiago, sem mais, agradeceu as participações, parabenizou a equipe de comunicação e
470 convocou a todos para estarem presentes as 14h após o almoço para dar continuidade a pauta. A
471 Sra. Isana (CONADE) Fez a leitura da chamada para verificação do quórum. O Presidente Décio
472 Gomes Santiago, após verificado o quórum, e imediatamente avançou para o ponto de pauta, dando
473 continuidade, sobre Regulamentação da profissão do profissional de apoio e ação de combate ao
474 bullying e capacitação dos professores quando ao atendimento de estudantes com deficiência. A
475 Sra. Rosângela Machado abordou o tema do profissional de apoio na perspectiva da educação
476 inclusiva e mencionou que a Diretoria de Políticas e Educação Especial do Ministério da Educação
477 está focada em intensificar a elaboração de documentos orientadores para as redes de ensino sobre o
478 profissional de apoio, conforme previsto na Lei Brasileira de Inclusão. Ressaltou que a partir dos
479 anos 2000, com o movimento de educação inclusiva no Brasil, muitas crianças que anteriormente
480 não frequentavam a escola regular passaram a fazê-lo e isso resultou na necessidade de profissionais
481 de apoio para auxiliar estudantes com diferentes necessidades, como paralisia cerebral, dificuldades
482 na fala e cuidados pessoais, como alimentação e higiene. Recordou que inicialmente, não havia uma
483 nomenclatura oficial para esses profissionais, levando as redes de ensino a contratar professores
484 para desempenhar essas funções e gradualmente, a figura do profissional de apoio começou a
485 auxiliar estudantes com autismo e surdez, sem uma orientação específica sobre sua formação.

486 Informou que a profissão ainda não estava regulamentada por Lei, mas já desempenhava um papel
487 essencial nas escolas. Destacou o movimento nacional em que os pais de estudantes, mesmo aqueles
488 que não precisam de auxílio, reivindicaram a presença de profissionais de apoio para seus filhos,
489 com deficiência física, cegueira, baixa visão e síndrome de Down. Informou que alguns pais
490 acreditavam que ter um profissional de apoio seria uma forma de inclusão para seus filhos e houve
491 manifestações de educadores afirmando que nem todas as situações de deficiência requerem um
492 profissional de apoio, e que cada caso deve ser avaliado individualmente. Ressaltou que a figura do
493 profissional de apoio foi inicialmente caracterizada como um apoio pedagógico individualizado
494 para estudantes com deficiência dentro da sala de aula, mas isso levou a um desvio do conceito de
495 inclusão, pois a sala de aula é um espaço coletivo em que todos os alunos são atendidos pelo mesmo
496 professor e essa diferenciação criou um professor separado para o estudante com deficiência, o que
497 vai contra o princípio da inclusão, e que pode se tornar uma barreira para o aluno, pois ele passa a
498 depender de um adulto constantemente. Observou que a presença de profissionais de apoio nas
499 escolas gerou confusão quanto ao seu papel e que a falta de regulamentação específica sobre a
500 formação desses profissionais levanta questões sobre a divisão de responsabilidades entre educação
501 e saúde. Abordou a questão do profissional de apoio e a dificuldade em determinar sua área de
502 atuação e formação, uma vez que cada caso é único, embora a Lei não tenha estabelecido
503 claramente essa definição, as atribuições do profissional de apoio estão mais definidas, como
504 cuidados de higiene, locomoção e alimentação e ressalta que, em muitas situações, o profissional de
505 apoio é essencial para proporcionar acessibilidade a pessoas com comprometimentos motores.
506 Considerou fundamental esclarecer a função do profissional de apoio, especialmente diante da Lei
507 Brasileira de Inclusão e da nota técnica do Ministério da Educação, que define as atribuições desse
508 profissional e enfatiza que ele não substitui o professor em sala de aula e nem é o apoio pedagógico.
509 Destacou que o objetivo é aproveitar essa oportunidade para esclarecer dúvidas e discutir sobre esse
510 profissional, valorizando a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com
511 Deficiência (CONADE) e do Ministério da Educação. O Conselheiro César Magalhães registrou
512 colocar na pauta da próxima reunião sobre o “plano viver sem limite”, pois tem um prazo limite
513 para ser implementado uma nova Política falando das pessoas com deficiência. Questionou
514 referente a educação especial para pessoas adultas cegas ou baixa visão, o que se tem previsto para
515 esse público? Discordou sobre o conceito de inclusão, que não é só estar junto, vai muito além
516 disso. A Conselheira Jô Nunes questionou sobre o profissional de apoio, sobre a questão dos nomes

517 utilizados, que está gerando confusão. Que precisa ser regulamentado sobre as funções de cada um.
518 Observou que o estagiário está pra aprender e não para tomar de conta. Complementou que é
519 preciso capacitar esses professores, se especializar em pessoas. Abordou a questão de a família não
520 saber o que é inclusão e expressou revolta em achar que está tudo bem. O Conselheiro Beto Pereira
521 resgatou a questão do “viver sem limite”, que seria um tema a ser discutido em pauta, aproveitando
522 a oportunidade no envolvimento da Sociedade Civil e construção coletiva. O Conselheiro Antônio
523 José dialogou sobre a Educação abordando sobre a Regulamentação da profissão do profissional de
524 apoio, em razão da fragilidade do sistema escolar se transfere a responsabilidade ao profissional de
525 apoio educar o aluno, porque o professor diz não estar preparado e tirá-lo da zona de conforto.
526 Ressaltou que inclusão não é estar com, mas estar com as mesmas oportunidades que é o princípio
527 básico da Convenção. E pontuou que os sistemas de educações brasileiros por si só é excludente e
528 não reconhece as diferenças entre as pessoas. Indagou se já tem um planejamento da Secretaria
529 Nacional (SECADI) a Regulamentação desses profissionais, capacitação dos professores quando ao
530 atendimento de estudantes com deficiência, ação de combate ao bullying, para que acabe com essas
531 confusões. Informou sobre a questão do “viver sem limite”, em que o despacho presidencial saiu
532 ontem e que o Governo ainda vai delinear o novo plano. A Conselheira Jô Nunes destacou a
533 problemática de que no Brasil a pessoa só tem deficiência até os 16 anos e sugeriu fazer um GT
534 com a participação do CONADE. A Conselheiro Roberto Paulo Tiné destacou sobre a
535 Regulamentação da função de apoio, que a função não é simples, pois tem suas particularidades e
536 deve ser contemplado nessa regulamentação. Reforçou sobre a criação de um GT, com a
537 participação do Ministério da Educação e de vários segmentos na construção dessa regulamentação,
538 da forma mais abrangente possível. O Sr. Daniel Faganello alertou sobre a situação arquitetônica
539 das edificações públicas, e percebeu que não se tem atenção a esse assunto do Governo Federal,
540 Estadual e Municipal, para essa adequação e indagou ao Ministério da Educação sobre esse olhar
541 arquitetônico, pois mesmo com profissional de apoio, se o local não houver acessibilidade não será
542 viável. O Conselheiro Beto completou sobre os recursos de tecnologia assistida, de tecnologia
543 adequada e específicos aos deficientes. A Sra. Rosângela Machado abordou sobre alguns pontos
544 levantados no debate, com relação ao profissional de apoio e da tecnologia assistida, que servem
545 como encaminhamentos. Destacou com relação do combate ao machismo e ressalta que os homens
546 devem se unir em prol da ética humana, assim como o combate ao racismo não é responsabilidade
547 apenas dos negros, todos devem se fortalecer em questões de inclusão. Mencionou a

548 responsabilidade pública na educação de crianças com deficiência, afirmando que a saúde, a
549 educação e os operadores do direito também têm responsabilidade nesse sentido, pois quanto mais
550 pessoas e áreas envolvidas na discussão e união, maior será a força na implementação de Políticas
551 Públicas. Mencionou que a educação especial é uma modalidade que abrange diferentes etapas e
552 modalidades de ensino, o atendimento educacional especializado e da tecnologia assistiva, além da
553 necessidade de articulação entre os setores do Ministério da Educação para fortalecer a inclusão em
554 todos os níveis de ensino, da educação básica à educação superior. Advertiu que a inclusão é
555 responsabilidade de todos, não apenas da Diretoria de Educação Especial, e destaca a importância
556 de cobrar o atendimento educacional especializado e a acessibilidade nas escolas e na sociedade
557 como um todo, incluindo adultos cegos. Ressaltou a necessidade de o Conselho mapear a falta de
558 acessibilidade para que uma pessoa cega se sinta incluída em diferentes setores e instâncias sociais,
559 além de identificar as deficiências na escola. Mencionou chamar o Ministério da Educação para
560 responder a essas questões, bem como outros órgãos responsáveis, na possibilidade de envolver o
561 Ministério Público nessa discussão em parceria com o Conselho. A Conselheira Francine de Souza
562 destacou a falta de atendimento relacionado ao braile, informática e uso de tecnologias assistivas
563 em geral para professores cegos e pessoas com deficiência visual na área da educação. Mencionou
564 sua experiência trabalhando em três serviços de reabilitação no Rio de Janeiro, onde essas
565 atividades eram oferecidas, enquanto na educação essa oferta era inexistente e que essa falta de
566 serviços na educação é atribuída a uma tradição histórica de responsabilização estatal, em que
567 organizações que cuidavam dessas questões não abriram mão dessas práticas, mesmo que não
568 tenham sido habilitadas pelo Ministério da Saúde. Observou que esses serviços de reabilitação
569 preenchem uma lacuna deixada pela educação ao longo dos anos e defende que isso seja assumido
570 como uma Política Pública. A Sra. Rosângela Machado comprometeu dar atenção aos Centros de
571 Atenção Psicossocial (Caps), retomar a discussão sobre os adultos cegos, a proposta criação de um
572 Grupo de Trabalho (GT) para abordar essas questões. Destacou a ideia de que não existem
573 tecnologias milagrosas que resolvam todos os problemas, e que a tecnologia assistiva abrange tanto
574 tecnologias avançadas, quanto tecnologias mais simples. Expressou o desejo de que o Conselho
575 tenha um espaço para o Ministério da Educação discutir a educação especial e o atendimento
576 educacional especializado, incluindo o estudo de caso e o plano de atendimento. Citou exemplos de
577 recursos necessários para estudantes cegos, como o ensino do braile e o acesso a leitores de tela.
578 Abordou a acessibilidade arquitetônica nas escolas e ressalta a importância de envolver outros

579 Ministérios e responsáveis para garantir a sensibilidade arquitetônica e a acessibilidade nos
580 ambientes públicos. Sugeriu que o Conselho cobre e dialogue com o Ministério da Educação sobre
581 programas de acessibilidade arquitetônica nas escolas e apresentar sobre o tema Educação Especial
582 na Perspectiva inclusiva e trazer ao Conselho as ações dos programas. O Presidente Décio Gomes
583 Santiago informou que devido a problemas do Ministério da Educação, será discutido na próxima
584 reunião os assuntos que faltaram como a ação de combate ao bullying e capacitação dos
585 professores. O Conselheiro Magno Prado destacou que a palestra foi muito importante e gerou
586 debates relevantes sobre a questão da Educação Especial. Expressou interesse em incluir esse
587 assunto na pauta para a próxima reunião e convidar alguém específico para participar, a fim de
588 esclarecer diversos aspectos relacionados à educação de pessoas. O Conselheiro Antônio José
589 sugeriu aproveitar o momento e definir a vaga que está faltando para a comissão de infraestrutura da
590 conferência. Explicou que a Comissão Organizadora da Conferência é composta por 5 membros da
591 Sociedade Civil e 5 membros do Governo, conforme a última Portaria e de acordo com o
592 Regimento Interno conforme Art. 36, as Comissões Técnica são compostas por 6 membros. Ficou
593 decidido dividir em duas Comissões em Comissão Técnica Científica, responsável pela metodologia
594 e conteúdo da conferência e a Comissão de Infraestrutura, encarregada da logística, acessibilidade e
595 comunicação. Os membros das Comissões Técnica Científica foram definidos da Sociedade Civil:
596 Beto Pereira (ONCB), Magno(AFENEIS), Roberto Paulo Tiné (APABB) e do Governo: Denise
597 Rodrigues (Ministério da Saúde), Ludymilla (Ministério das Comunicações) e Sandro (Casa Civil);
598 os membros das Comissões de Infraestrutura foram definidos da Sociedade Civil: Conselheiro Jesiel
599 Bezerra (ONEDEF), Daniel Faganello (CONFEA) faltando 1 vaga e do Governo: Rafael
600 (Ministério da Cultura), Rogério (MCTI) e Lucimara (Ministério das Mulheres) e mencionou
601 escolher um representante da sociedade civil para compor a comissão de infraestrutura. O
602 Presidente Décio Gomes Santiago aproveitou então para iniciar a votação para a escolha de um
603 representante da sociedade civil, para fechar a Comissão de infraestrutura. E assim ficando
604 composta os membros das Comissões de Infraestrutura da Sociedade Civil: Conselheiro Jesiel
605 Bezerra (ONEDEF), Daniel Faganello (CONFEA) e Conselheiro César (Retina Brasil) e em
606 seguida passou o ponto de pauta com a Apresentação do Relatório da Comissão de Comunicação
607 Social – CCS. A Sra. Ludymilla Chagas informou que nas reuniões, foram definidas algumas
608 questões para serem apresentadas e aprovadas, uma delas diz respeito às redes sociais, sendo
609 estabelecido que o Facebook e o Instagram serão as principais plataformas utilizadas e serão

610 postados de acordo com a pauta e no YouTube será a transmissão na íntegra, com perguntas. Ficou
611 acordado que todas as reuniões ordinárias serão transmitidas em tempo real pelo Facebook, com
612 postagens contendo pequenos textos e fotos das pessoas presentes. Mencionou que Comissão de
613 Comunicação Social se compromete a fazer essas postagens durante a reunião e posteriormente
614 elaborar relatórios reforçou que caso seja aprovada, todas as reuniões serão divulgadas nas redes
615 sociais. Sugeriu um cronograma de postagens com base no calendário já aprovado, incluindo
616 sugestões de demandas das organizações presentes em cada data importante. Destacou ainda que
617 serão criados eventos no Facebook para cada reunião ordinária, aprovados por todos os
618 participantes, visando o engajamento principalmente no Facebook, que serão interagidos e curtidos
619 os grupos relacionados à palavra "deficiência" existentes no Facebook. Observou que o
620 planejamento da Conferência também será divulgado como forma de relatório, incluindo fotos e
621 agendas aprovadas e que durante os encontros da CONADE, a Comissão de Comunicação Social
622 também fará a leitura dos comentários no YouTube, respondendo eventuais perguntas. Registrou
623 essas medidas como proposta da Comissão para serem aprovadas pelo Plenário como atividades
624 para este ano. O Conselheiro Magno Prado sugeriu acrescentar à pauta o tema das redes sociais,
625 incluindo Facebook e Instagram e complementou que ao fazer postagens, lembrar que há pessoas
626 surdas que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outras que dependem de legendas e que
627 ao publicar no CONADE, recomendou incluir uma nota de apoio informando que haverá filmagens
628 para atender às necessidades dos surdos, permitindo que eles também possam compartilhar e
629 divulgar o conteúdo, caso seja possível. A Sra. Ludymilla Chagas afirmou que a sugestão será
630 anotada para ser discutida no grupo da Comissão, mas acredita que a questão da filmagem precisa
631 ser melhor trabalhada, já que há transmissão no YouTube, sugeriu a cortar partes da fala, se
632 necessário, e incluí-las nas postagens. Solicitou gentilmente que verifique as postagens já feitas no
633 Facebook para verificar se elas já contemplam a sugestão, caso contrário, a estratégia será
634 aprimorada. O Presidente Décio Gomes Santiago externadas todas as manifestações, colocou em
635 processo de votação o Relatório da Comissão de Comunicação Social – CCS, assim ficou aprovado
636 e imediatamente avançou ao próximo ponto de pauta sobre o Passe Livre interestadual, com a
637 presença da Sra. Rossiele Silva Ferraz Formiga - Coordenadora do passe livre (SUPAS/ ANTT) e
638 Passe Livre Brasil. A Sra. Rossiele Formiga cumprimentou a todos e iniciou a apresentação sobre o
639 sobre o Passe Livre, abordando algumas informações relevantes relacionadas à inovação trazida
640 pela ANTT. Mencionou que o direito ao Passe Livre foi concedido pela Portaria 583, emitida pelo

641 Ministério da Infraestrutura, atualmente conhecido como Ministério dos Transportes e que essa
642 competência foi transferida para a ANTT recentemente, onde uma nova portaria foi publicada,
643 alterando a vigência do Passe Livre de três para cinco anos. Observou que não é mais exigida uma
644 data de vigência específica no atestado médico, o que facilita o processo de solicitação, uma vez
645 que a pessoa pode utilizar o atestado anterior, mesmo que seja uma cópia, o documento original
646 manteve para outros fins. Informou que para ter direito ao benefício, a pessoa interessada deve
647 comprovar, por meio de atestado médico, que possui deficiência e que sua renda familiar dividida
648 pelo número de integrantes é inferior a um salário mínimo. Ressaltou que pessoa com deficiência é
649 caracterizada como aquela que apresenta alteração completa ou parcial de alguma parte do corpo
650 humano, resultando em comprometimento Físico, manifestada através de condições como
651 monoplegia, monoparesia, tetraplegia, entre outras. A lei também abrange deficiências físicas,
652 auditivas e visuais. Acrescentou ainda que no caso de deficiência mental, é considerado
653 funcionamento intelectual significativamente inferior à média, que se manifesta antes dos 18 anos,
654 além de limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, como comunicação,
655 cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização de recursos da comunidade, saúde, segurança,
656 habilidades acadêmicas, lazer e trabalho. Destacou que o formulário de solicitação do Passe Livre
657 requer que pelo menos duas limitações sejam marcadas para que a pessoa tenha direito a essa
658 concessão. Informou que existem documentos padrões que são solicitados para o requerimento.
659 Mencionou uma inovação que após a conclusão do processo, terá a opção de solicitar um novo
660 envio via correio, por isso a importância de fornecer todos os detalhes corretos no endereço.
661 Lembrou que é solicitada a composição familiar, em que a renda bruta não podendo ultrapassar um
662 salário mínimo. Informou a necessidade de um atestado médico, especificando as deficiências
663 auditivas, visuais e mentais, indicando pelo menos dois fatores de deficiência para que a concessão
664 seja aprovada e no caso de acompanhantes, caso precise, o médico indicará explicitamente, caso
665 contrário não será necessário. Destacou que validade da credencial do passe livre é de cinco anos a
666 partir da data de expedição, e a foto 3x4 é necessária. Lembrou que no site da ANTT ou o canal da
667 ouvidoria, podem verificar o processo. Citou que no ano passado foram analisados e deferidos
668 132.910 processos, e que 83.694 credenciais foram emitidas. Ressaltou outra inovação, visando
669 proporcionar maior acessibilidade e inclusão, que a agência agora está atendendo no Na Hora,
670 buscando agilizar o processo, além disso, está sendo desenvolvendo um novo sistema, com
671 expectativa de lançamento antes do final do semestre, que será mais rápido e eficiente, que

672 permitirá fazer solicitações online, evitando a necessidade de enviar documentos por correio.
673 Concluiu que essas inovações visam proporcionar um atendimento mais rápido e conveniente,
674 eliminando a necessidade de comparecer pessoalmente ou enviar documentos adicionais por
675 correio. Mencionou que a ANTT está comprometida em aprimorar a celeridade e a facilidade no
676 processo de solicitação do Passe Livre. O Conselheiro César Magalhães Discorreu sobre a leitura o
677 relatório sobre o Passe Livre, e ressaltou alguns problemas como: a demora da renovação do passe
678 livre, o aplicativo da carteira digital, o Site fora do ar e instável, causando demora e
679 constrangimento, dificuldade de sanar uma pendência, o telefone da ouvidoria, sobre Portaria 1.579
680 de 2022 relacionada a divergência de validade, da decisão judicial sobre a limitação de vaga nos
681 ônibus e a restrição do Passe Livre na prática no direito de viajar. Registrou proposta de
682 encaminhamento ao CONADE uma carta ao Congresso Nacional solicitando prioridade para os
683 Projetos relacionados ao Passe Livre. Sugeriu o envio de uma Nota Técnica com recomendações.
684 Observou que a proposta é motivada pela existência de uma lei que garante o direito ao passe livre,
685 mas que possui restrições devido à regulamentação e interpretação da lei e que uma nova Lei possa
686 esclarecer essas questões, facilitando para os usuários e para os reguladores do serviço. Destacou
687 que a Nota Técnica seria elaborada com base nos projetos existentes no Congresso, permitindo uma
688 análise e possíveis recomendações para melhor atender às necessidades das pessoas com
689 deficiência, em relação ao Passe Livre. A Sra. Rossiele Formiga respondeu sobre um Laudo
690 médico, pois com a nova Portaria não se faz exigência de um novo laudo, pode ser usado o anterior.
691 Discorreu sobre a Carteira digital foi pedida lá atrás em 2018 pelo Ministério e agora com o novo
692 Sistema está se tentando resolver primeiro as questões básicas de acesso do sistema, como a demora
693 de emissão, por isso a necessidade de desenvolver e aprimorar o sistema no nosso órgão para
694 atender melhor e com maior rapidez e com modificações solicitadas pelo usuário. Ressaltou sobre a
695 Dinâmica dos Site e da Resolução da validade da carteira é competência do Ministério essa
696 manutenção e operação, é um sistema antigo. Concordou sobre a pendência das exigências e
697 pontuou implantar no novo sistema a rapidez de resposta dessa documentação por meio eletrônico e
698 com relação a divergência de informação no telefone da ouvidoria e ficou de apurar. Esclareceu
699 sobre Portaria 1.579 de 2022 relacionada a divergência de validade, explicou que é ilimitado, mas
700 até 3hs antes essas vagas devem ser guardadas por obrigatoriedade. Sugeriu que sobre algumas
701 questões deve ser fiscalizado e multado. Registrou que a Concessão é da ANTT, mas as
702 Regulamentações são do Ministério, que devem andar juntas. O Sr. Ivaldo Rodrigues Pereira

703 apresentou sobre as ações do Movimento Passe Livre PCD. Discorreu sobre as ações do movimento
704 em 2014 pessoas com deficiência de Mato Grosso entrou com ação no Ministério Público Federal
705 para viajar e ilimitado, a partir disso passou de duas vagas para ilimitada. A partir de junho de 2015
706 a resolução 4770 deu direito da frequência mínima ao invés de serem duas vagas em qualquer
707 horário em qualquer dia passou para limitado a uma vez por semana. Completou que não pode
708 viajar na sexta, sábado ou no domingo você não tem o seu direito nas viagens interestaduais.
709 Sugeriu para o próximo ponto de pauta a falta de dignidade, com os usuários do passe livre, em 28
710 de junho de 2018 começou o Movimento Passe Livre PCD, em 10 de maio de 2019 o movimento
711 conseguiu uma reunião com o Ministro de Infraestrutura que foi discutido: carteirinha digital,
712 marcação de passagem online. Relatou que em julho aconteceu na ANTT, uma reunião participativa
713 de Audiência Pública de um movimento representando os usuários, nessa questão da mudança da
714 Resolução 4.770 a fim de alguma solução. Informou que o Ministério apresentou uma Minuta de
715 Decreto oferecendo 2 vagas no ônibus executivo para todas a gratuidades, sem Recurso. Após teve
716 um Reunião com o CONADE, que a provaram a minuta, mas o Decreto não foi publicado e não foi
717 implantado. Concluiu solicitando um encaminhamento ao Ministério da infraestrutura. O Sr. Sérgio
718 Martins destacou que a proposta seria um novo Decreto que regulamentasse sem restrição do
719 convencional. O Conselheiro Beto ressaltou que enfrentam críticas da Empresas, por tentar subjugar
720 os direitos da população que tem esses direitos assegurados, reconheceu a gravidade das
721 necessidades das pessoas com deficiência, que há inúmeros direitos negados a esse segmento da
722 população com deficiência. Perguntou sobre o número de reclamações recebidas e quantas respostas
723 foram dadas sobre o descumprimento dos direitos das pessoas com deficiência em relação à
724 categoria de ônibus e também questionou no que se refere a dados vazados do site das pessoas com
725 deficiência, questionando se os beneficiários desse direito são afetados por isso. A Sra. Rossiele
726 Formiga respondeu que com relação a esse incidente de vazamento está sendo apurado e verificado
727 pelo Ministério dos Transportes quem tem as ferramentas adequadas sobre o sistema e pontuou
728 sobre as reclamações que ainda não tem essa informação e não tem como quantificar no momento,
729 mas irá levantar junto a ouvidoria sesse dados e repassar. O Conselheiro Magno começou
730 parabenizando o movimento do passe livre para pessoas com deficiência, mas ressaltou que os
731 surdos enfrentam problemas com o passe livre e mencionou outras propostas a serem consideradas.
732 Questionou sobre o número de cadastros para cada tipo de deficiência, a quantidade de viagens
733 realizadas, as dificuldades enfrentadas para acessar o transporte público convencional, a demora na

734 obtenção do passe livre e a dificuldade de comunicação via internet, especialmente para cadeirantes
735 e deficientes visuais. Sugeriu o uso de videochamadas em tempo real como forma de comunicação
736 mais efetiva para surdos que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e concluiu sugerindo
737 abordar a questão da internet e do cadastro. A Sra. Rossiele Formiga reforçou com relação ao
738 sistema, não há uma quantificação disponível no momento, que a prioridade é que o sistema seja
739 digital e acessível pela internet, mas reconhece que o atendimento presencial não pode ser
740 descartado, pois algumas pessoas têm dificuldades com a tecnologia. Observou que Assistentes
741 sociais estão disponíveis, algumas delas já conversam em Libras. Reconheceu as dificuldades
742 mencionadas e concordou com tudo o que foi exposto, mas vê essa situação como uma
743 oportunidade de fazer algo diferente e destaca que o Governo está demonstrando um olhar social
744 inclusivo e preocupado com essas questões e acredita que é hora de progredir e buscar o melhor para
745 a sociedade como um todo. Completou que o Passe Livre existe para ônibus, ferrovias, transporte
746 aquaviário e aéreo, mas pode estar um pouco limitado devido às restrições do sistema, no entanto,
747 estão em andamento esforços para torná-lo digital e acessível, visando uma evolução significativa.
748 O Sr. Joelson Dias expressou preocupação com a questão do Passe Livre e destacou em ouvir as
749 propostas dos proponentes para resolver definitivamente ou avançar nessa questão. Ressaltou que a
750 lei do Passe Livre é anterior à Convenção da ONU e à Lei Brasileira de Inclusão, e argumenta que é
751 necessário interpretar a lei considerando essas legislações. Mencionou a falta de avanço na questão
752 ao longo dos anos, mesmo com reuniões e reclamações constantes dos usuários. Sugeriu que o
753 CONADE assume o acompanhamento dessa questão e estreite a relação com o Movimento Passe
754 Livre e com a ANTT, pois acredita que, mantendo o assunto em pauta de forma permanente e
755 fortalecendo os laços entre as partes envolvidas, será possível aprimorar e resolver algumas das
756 questões básicas relacionadas ao Passe Livre. Solicitou que fosse anotado o pedido para informar
757 posteriormente sobre os resultados da audiência pública realizada pela ANTT em agosto de 2022,
758 que tratou da regulação do transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros e também
759 pede que sejam informados os encaminhamentos adotados pela ANTT após a audiência e em qual
760 fase está a implementação dessas medidas. Considerou que o CONADE encaminhe os resultados de
761 suas deliberações para a Secretaria Nacional do Direito da Pessoa com Deficiência e para a própria
762 ANTT, solicitando que ambas as entidades se articulem com o CONADE e o movimento de
763 usuários para revisar periodicamente essa questão, para que todos tenham um acompanhamento
764 contínuo até que avanços sejam alcançados. O Conselheiro Antônio José expressou gratidão à

765 Coordenadora Rossiele por estar presente na reunião e observou que o tema em discussão parece ser
766 operacional, diferente de outras Políticas Públicas mais complexas. Sugeriu a atualização da
767 Legislação relacionada aos direitos das pessoas com deficiência, pois a atual referência é de
768 decretos antigos. Recomendou que seja realizada uma reunião de alto nível na Secretaria,
769 envolvendo o Presidente da ANTT, para discutir o tema do Passe Livre e as violações de direitos
770 enfrentadas pelas pessoas com deficiência. Ressaltou a falta de acessibilidade nos ônibus e a
771 procrastinação na implementação de dispositivos móveis de embarque acessível, mesmo com a
772 obrigatoriedade estabelecida pela Lei Brasileira de Inclusão. Ela menciona a dificuldade de avançar
773 na ANTT e a falta de contato direto com a agência. Sugeriu aproximação com a ANTT e ressalta a
774 importância de trazer respostas efetivas em um plano de trabalho factível e com prazos definidos.
775 Conclui enfatizando a necessidade de avançar nesse tema, que se tornou uma questão exaustiva e
776 repetitiva, e propõe retomar a agenda na próxima reunião em setembro, a fim de encontrar soluções
777 e apresentar respostas efetivas para o problema. O Sr. Ivaldo Rodrigues Pereira destacou que o
778 Movimento não só luta pela fiscalização, mas também pela acessibilidade pelas pessoas com
779 deficiência e mencionou a falta de acessibilidade dos ônibus rodoviários e do cadeirante e também
780 da disputa de quem paga a passagem e o passe livre. Reforçou sobre os problemas enfrentados pelos
781 deficientes e que se deseja mudança. O Presidente Décio Gomes Santiago sugeriu encaminhar essa
782 pauta a Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP, para que
783 na próxima reunião possa se fazer os encaminhamentos. A Sra. Rossiele Formiga destacou que não
784 será mais usado o sistema antigo e que está sendo desenvolvido um novo, pela ANTT, que terá um
785 melhor atendimento e enxerga uma evolução nesse sentido. Observou que as questões de Passe livre
786 que se trata estritamente da concessão do passe livre em tentar melhorar a acessibilidade à inclusão
787 mais acessível e pediu desculpas que precisa se inteirar e se fez solidária a causa. O Presidente
788 Décio Gomes Santiago encerrando a discussão dos itens de pauta, agradeceu a participação de
789 todos, encerrando o primeiro dia de reunião. **ABERTURA 10/05/2023:** O Presidente Interino Décio
790 Gomes Santiago, iniciou a reunião, certificou que possui quórum, saudou a todos e passou a
791 palavra. A Sra. Daiane cumprimentou a todos, se autodescreveu, discorreu sobre às ações que a
792 secretaria vem fazendo no que se refere o Seminário de Lançamento do GT sobre a Avaliação
793 Biopsicossocial Unificada da Deficiência. Assim contextualizou algumas ações dando ciência ao
794 Conselho sobre os objetivos principais do decreto número 11.487 de 10 de abril de 2023 tais como:
795 subsidiária elaboração da proposta de avaliação Biopsicossocial unificada da deficiência e seu

796 instrumento correlato; desenvolver processos de implantação e implementação da avaliação
797 Biopsicossocial unificada da deficiência em todo o território brasileiro; avaliar e finalizar o índice
798 de funcionalidade brasileiro modificada (IFBRM); planejar a formação e qualificação das equipes
799 para aplicação da avaliação Biopsicossocial unificada da deficiência. Apresentou sobre a
800 Composição e Funcionamento desse GT, que o grupo será composto por representantes de diversos
801 órgãos governamentais e do CONADE, onde informou que foi encaminhado os Ofícios ao
802 Ministério para fazer as suas indicações, assim também como o CONADE e posterior a esse
803 processo dos nomes dos indicados será feita a portaria de nomeação com esses Representantes. A
804 coordenação será feita pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, mais precisamente da
805 Secretaria Nacional do Direito da Pessoa com Deficiência, que poderá convidar representantes de
806 outros órgãos públicos, entidades privadas, especialistas, pesquisadores e técnicos para participar
807 das reuniões do grupo de trabalho. Discorreu a respeito do Seminário da Avaliação do Lançamento
808 do GT, programado para o dia 1 de junho de 2023 em Brasília/DF, transmitido pelo canal do
809 MDHC no YouTube. Informou que os objetivos desse seminário de lançamento do GT sobre
810 avaliação Biopsicossocial é promover a igualdade a acessibilidade, autonomia, e inclusão social de
811 pessoas com deficiência; fomentar a participação social e democrática nas discussões do GT;
812 articular diferentes atores envolvidos na avaliação biopsicossocial da deficiência. Pontuou os
813 resultados esperados: fortalecer a defesa dos direitos das pessoas com deficiência por meio da
814 promoção da inclusão, da equidade, a conscientização sobre a importância da avaliação
815 Biopsicossocial, ampliar o diálogo entre os diferentes atores envolvidos da avaliação
816 Biopsicossocial, promovendo a troca de experiências e fortalecendo a cooperação interdisciplinar,
817 favorecer a construção de políticas públicas mais efetivas e representativas considerando as
818 diversidades e singularidades das pessoas com deficiência, gerar visibilidade para o tema da
819 deficiência e seus desafios dentro do âmbito dos direitos humanos e da Cidadania. Apresentou a
820 programação para 1 de junho (Manhã): 8h: acolhimento e credenciamento; 8h30: abertura e boas-
821 vindas - participação dos ministros do estado; 9h30-10h: Palestra: Deficiência, desigualdades e
822 direitos humanos: o papel da avaliação Biopsicossocial – Palestrante: Anna Paula Feminella,
823 Secretaria da SNDPD; 10h15 – 11h30: Mesa 01: Avaliação Biopsicossocial no mundo e
824 comentários sobre a proposta brasileira e suas relações com a CIF e Convenções, palestrante:
825 Jerônimo Bickenbach e Carla Sabariego (OMS/Suíça); 11h30 às 12h – debate. Seguiu para a
826 programação no período da tarde: 14h às 15h30: Mesa 02: Avaliação Biopsicossocial - proposta

827 Brasileira e Perspectivas Internacionais. Palestrantes: Lailah Vasconcelos Vilela (Ministério do
828 Trabalho e Emprego), Miguel Abud Marcelino (Professor da Unidade e Pesquisador do Núcleo de
829 Informação, Políticas Públicas e Inclusão Social); 15h30 às 16 horas: debate; 16h15 às 17h30: Mesa
830 03: O diálogo entre o Cadastro – Inclusão e Avaliação unificada e dados sobre a pessoa com
831 Deficiência. Palestrantes: Wederson Santos (INSS), Liliane Bernardes (IPEA); 17h30 – 18h:
832 Debate; 18h – 18h15. Concluiu que a Programação do dia 2 de junho (manhã) das 9h – 12h: 1ª
833 Reunião Ordinária do GT da Regulamentação da Avaliação Biopsicossocial com Deficiência.
834 Completou ainda sobre a participação de pesquisadoras mulheres com deficiência, que trazem
835 vivências e experiências, além de um olhar científico de referências nos estudos, principalmente na
836 discussão ética do cuidado em relação às mulheres com deficiência, incluindo aquelas com
837 deficiência visual. Informou que o Seminário e o GT serão transmitidos, que haverá debates e
838 escuta qualificada com a participação social que é o nosso compromisso e o nosso lema. Agradeceu
839 em nome da Secretaria e se colocou à disposição para participar do exercício do controle social e do
840 envolvimento em acompanhar e discutir, a fim de fortalecer as políticas públicas e dos
841 encaminhamentos e proposições dessa Secretaria. O Sr. Pedro Assunção Chefe de gabinete da
842 Secretaria ressaltou que só se alcançará a avaliação se tiver participação social e convidou ao
843 CONADE em debater com o Ministério do planejamento, sobre a proposta da Secretaria para o
844 plano plurianual de 2024 até 2027. Informou que o Viver Sem Limites está ativo, e citou três
845 estratégias para que o viver sem limite saia em 120 dias: o diálogo intergovernamental dentro do
846 PPA, o debate o dentro do CONADE, que vai expandir nas Conferências Municipais e ter uma
847 escuta qualificada com a Sociedade Civil e o terceiro se dá dentro do que foi criado no despacho
848 presidencial no nível da alta gestão, de quais serão efetivamente as diretrizes. O Presidente Décio
849 Gomes Santiago agradeceu as manifestações e imediatamente avançou para o próximo ponto de
850 pauta com a Indicação de dois Representantes da Sociedade Civil para o GT, para fazer parte da
851 representação do GT da avaliação biopsicossocial do Brasil. O Sr. Antônio José pediu desculpas
852 publicamente ao Pleno pela tentativa de reunião para indicação desses dois representantes, que não
853 houve por absoluta falha do Governo, que não providenciou o intérprete de libras, para atender o
854 Conselheiro Magno, da comunidade surda a qual ele representa. E também firmou o compromisso
855 de estar mais atento, para que falhas similares não aconteça, porque essas falhas acabam por violar
856 o inequívoco direito das pessoas com deficiência. O Sr. Beto Pereira ressaltou que
857 independentemente da deficiência desses indicados, e propôs uma consulta ao Conselho se há

858 alguma contrariedade, independentemente do nome eleito, do nome eleito ser uma pessoa com
859 deficiência na titularidade desse GT, a fim de mostrar na prática em manter o discurso “o nada
860 sobre nós sem nós”. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné entendeu a preocupação do Sr.
861 Beto sobre o protagonismo da pessoa com deficiência, mas defendeu que todos que estão no
862 CONADE, representando a pessoa com deficiência tem igual condição e qualidade para representar
863 esse CONADE no GT da Avaliação Biopsicossocial. A Sra. Maria do Carmo reforçou em trazer
864 para o CONADE as diversas deficiência mental, intelectual, física, visual auditiva, autismo, sendo
865 assim sugeriu colocar um representante de cada deficiência dentro desse GT, e teria assim uma
866 avaliação muito mais rica. O Sr. Geziel Bezerra concordou sobre a questão da representatividade e
867 por mais que se defenda a causa de uma pessoa com deficiência, pontuou que esse lugar de fala é da
868 com deficiência e precisa ser respeitado e acrescentou que esse Conselho é um Conselho Nacional
869 de pessoas com deficiência, e da importância em dar a titularidade de indicação a uma pessoa com
870 deficiência no GT. O Sr. Beto Pereira considerou não estar desmerecendo ninguém, respeitando a
871 história de cada uma, mas se tratando de uma comissão importante com duas vagas, indagou porque
872 uma não pode ser de uma pessoa com deficiência. Mas destacou o seu desconforto em um Conselho
873 de pessoa com deficiência, não o ter como Titular nesse GT e entendeu caso não seja encaminhado
874 e votado. O Conselho Cesar levantou a preocupação de que estão tratando de um tema que irá
875 mexer com a vida de todas pessoas com deficiência e que sai do paradigma da deficiência estar
876 ligado a uma doença e do perigo da subjetividade. E concordou que talvez uma pessoa ligada a
877 deficiência, com suas especificidades, seria qualificada para falar sobre o tema e tivesse a
878 representatividade de todas as deficiências. O Conselheiro Magno Prado Gama Prates - (quem fez a
879 fala Tatiana) é mudo, falou da importância da Avaliação Biopsicossocial e que gostaria que todos os
880 deficientes participassem e apontou ser apenas um Titular e um Suplente, mencionou que não é fácil
881 essa discussão da escolha para o GT, respeitou a preocupação de todos mas preferiu que fosse uma
882 pessoa com deficiência e nesse momento seria o Sr. Beto, pela questão de sentir na pele no lugar de
883 fala, que por mais que expressem não sentem como um deficiente. O Conselheiro Antônio José
884 entendeu e concordou com todas as razões levantadas, no entanto não pode excluir as pessoas que
885 caminham junto com os deficientes e preocupou com a questão da exclusão, também levantou a
886 questão das Políticas Públicas e da baixa representação dos deficientes e dos segmentos nos
887 Conselhos e no Plenário. O Sr. Isaias acordou que não se pode excluir do debate as pessoas que não
888 tem deficiência, pois todos estão defendendo os direitos da pessoa com deficiência. O Presidente

889 Décio Gomes Santiago destacou que estão em um espaço de direito democrático e sugeriu colocar a
890 sugestão do Sr. Beto como orientação e não como encaminhamento, mas concordou em colocar a
891 proposta em votação. O Sr. Joelson Dias explicou com base na Legislação desse Conselho, que
892 todos os Conselheiros estão na mesma posição e que ocupam a cadeira na representação das
893 Entidades e não como capacidade individual. Observou não submeter a votação a proposta do
894 Conselheiro Beto, como orientação, como encaminhamento ou como sugestão e concordou com a
895 orientação. Destacou que qualquer escolhido representará o CONADE com a representação dos
896 diferentes segmentos. O Sr. Beto Pereira agradeceu as palavras do Sr. Joelson pelas trabalho,
897 lealdade e transparência e concordou em retirar a proposta, mas deixou registrado que sempre que
898 possível a pessoa com deficiência seja a protagonista e que revejamos de fato essa questão toda das
899 composições. O Presidente Décio Gomes agradeceu as pessoas que se dedicaram e quem tem
900 respeito a esse espaço de fala e que o CONADE fará na indicação do Representante para o GT e
901 assim abriu o processo da indicação dos candidatos da Sociedade Civil para fazer parte do GT da
902 avaliação Biopsicossocial do Brasil e registrou como candidatos das seguintes entidades:
903 Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale Tiné (APABB), Adinilson Marins dos Santos,
904 (FENAPAES), Conselheiro Titular Joelson Costa Dias, (OAB) e Beto Pereira (ONCB). O
905 Conselheiro Antônio José registrou como Encaminhamento: sugeriu que a votação seja feita por
906 chamada nominal e que cada votante vote titular e suplente e conforme o Regimento, o mais votado
907 será o escolhido. O Presidente Décio Gomes colocou em processo de votação e registrou após a
908 votação das entidades (APABB com 19 votos), (FENAPAES com 08), (OAB com 20) e (ONCB
909 com 09), sendo assim ficando eleitos as entidades Representantes para o GT: APABB como Titular
910 e OAB como Suplente. Indicou que se fizesse uma reflexão na socialização das indicações das
911 representações, para que participassem outras organizações na estrutura da formação das Políticas
912 Públicas, e imediatamente prosseguiu para o próximo ponto de pauta, com a apresentação do
913 Comitê de Clubes Paraolímpicos convidou o Secretário de esportes para compor a mesa. O Sr. João
914 Batista agradeceu o convite e expressou felicidade em estar participando Comitê Brasileiro de
915 Clubes Paraolímpicos – CBCP. Discorreu sobre o CBCP. Relatou sobre a questão da transferência
916 dos recursos, oriundos de loterias que se encontravam de posse do Comitê Brasileiro de Clubes e
917 que precisava transferir para o CBCP. Lembrou que não se preocupava com a disputa por medalha,
918 mas em fazer com que o esporte de pessoas com deficiência alcançasse o coração das pessoas e para
919 isso fez parceria com a mídia, para que esses esportes se tonassem conhecido e reconhecido.

920 Mencionou como Presidente do CBCP, que a causa é apartidária e destacou que o CONADE, como
921 outras organizações tem papel importante, que atenda a necessidade das pessoas, que a política deve
922 ser transversal e que se unem força para que a política possa cada vez mais atender a essa base que
923 ainda hoje é desassistida. Informou que abriu cadastro para entidades de pessoas com deficiência e
924 também de pessoas sem deficiência, mas que fazem o esporte de pessoas com deficiência, para se
925 cadastrarem preocupou que essa base ela é extremamente frágil, feita por voluntarismo, que não se
926 preocupam com as questões formais, por esse motivo resolveu que o CBCP se dedicará nesses dois
927 anos de Mandato, é tentar melhorar a gestão dessas associações e Clubes de pessoas com
928 deficiência. Mencionou os dois atletas que fazem parte do CONADE, e destacou estar junto com a
929 Federação Nacional das Associações Pestalozzi, que irá fazer os jogos brasileiros das Pestalozzi, de
930 22 a 24 de junho e que esse momento será de afirmação do movimento das pessoas com deficiência.
931 O Sr. Fábio Augusto anunciou ao CONADE que a Secretaria Nacional de Paradesporto está
932 finalizando um acordo de cooperação técnica com CBCP para que possa contribuir com a
933 capacitação dos Clubes paralímpicos dos professores de educação física, área da saúde correlatas de
934 Gestores Públicos Municipais e Estaduais e também de gestores de Entidades de atendimento direto
935 a pessoa com deficiência. O Conselheiro Jonas Pontes agradeceu pelo apoio, e destacou que vai
936 acontecer dia 22 até 25 de julho, o Comitê Brasileiro Paraolímpicos. A Sra. Camila Vilhena criticou
937 ao Governo não conseguir achar o esporte adaptado, mas um esporte de alto rendimento ou o
938 esporte sem adaptação, mas da necessidade de olhar o esporte de adaptar e não só o alto rendimento
939 pelo esporte Paraolímpicos e lembrou ao Presidente do comitê do gol mais bonito de um clube
940 paraolímpico na Copa. O Conselheiro Fábio Augusto mencionou que a Secretaria Nacional de
941 Paradesporto, envolve o trabalho dos esportes paralímpicos e dos esportes não paralímpicos, mas
942 que a prioridade é dos esportes não paralímpicos e destacou que dentro desse seguimento o esporte
943 escolar seria muito importante nessa missão. O Conselheiro Magno Prado Gama pontuou falar das
944 Legislações, na questão dos surdos, da bolsa atleta para o esporte. Relembrou que tiveram vários
945 esportes em que as pessoas com deficiência visual, físico que puderam participar, porém o surdo
946 tentou se encaixar, mas tem uma certa dificuldade. Mencionou que a Confederação Brasileira de
947 Desportos de Surdos - CBDS vem lutando e tentando essa mudança com os esportes a fim de se
948 encaixar, mas isso é muito investimento. O Sr. João Batista lembrou que dos esportes formais, a
949 CBDS é a única que não está incluída no Sistema Nacional de desporto se colocou à disposição
950 nesse sentido. Destacou que a discussão do esporte traz consigo a discussão do todo, que envolvem

951 questões de deficiência. O Conselheiro Magno Prado compreendeu a discussão em relação a
952 acessibilidade, mas acredita que esse é o momento oportuno com o CNE, de uma luta histórica de
953 interação em caminhar com outras deficiências juntas e conseguir um documento dessa validade
954 para todos participarem dos esportes. O Conselheiro Beto pereira mencionou estarem todos na
955 mesma luta, porém, pontou das diferentes barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência no
956 dia a dia, que é diferente de uma pessoa que não é. Indagou como é trabalhado os pós, quando o
957 atleta de aposenta. O Sr. João Batista sugeriu que o ministério dos transportes poderia apoiar essa
958 discussão dos Ex atletas, que muito contribuiu para com o Brasil, como potências no esporte
959 paralímpicos e tantos abandonados pelo caminho. O Conselheiro Geziel Bezerra parabenizou o Sr.
960 João, a equipe por criar esse Comitê, para fortalecer as instituições para o disposto, os clubes
961 paraolímpicos, que estava precisando, porque quem que está na ponta não tem investimento,
962 subsidio, orientação que é de suma importância para as instituições e clubes paralímpicos em captar
963 recursos, para manter o esporte. O Sr. José Roberto perguntou como poderia acompanhar esses
964 investimentos para esses clubes, dessa ajuda enviada pelo CBCP e também ressaltou em trabalhar
965 nos clubes, com a categoria de base, com os jovens em formação, sem vícios de treino. O Sr. João
966 Batista destacou que já existem várias organizações espalhadas pelo Brasil. Enfatizou que a
967 transparência faz parte da Lei das obrigações do CBCP, e ressaltou a dificuldade de transferir
968 dinheiro para a conta pessoas com deficiência e melhorar a gestão nos estados, para ter a
969 certificação. Informou que está disponível na revista, o site da CBCP e também os escritórios que
970 estão à disposição. Explicou que a questão da idade existe e que o esporte melhora a qualidade de
971 vida. E solicitou ao CONADE que interceda junto a Secretaria Nacional do desporto, para estar
972 junto nos eventos nos estados, que se inicia em Curitiba, 16 de junho. O Presidente Décio Gomes
973 Santiago agradeceu pela apresentação e pela parceria das entidades nos eventos e que o CONADE
974 sempre estará à disposição para os debates e discussão da Políticas Públicas, para pessoas com
975 deficiência. E em seguida encerrou para o almoço com retorno as 14h para dar continuidade a pauta.
976 Logo após o retorno do almoço, o Presidente Décio Gomes Santiago iniciou a reunião
977 cumprimentando a todos, ato seguinte continuou com a Pauta com a Apresentação do Relatório da
978 Comissão de Articulação de Conselhos – CAC e Apresentação do Relatório da Comissão da
979 Organização da V Conferência. O Conselheiro Beto Pereira solicitou a possibilidade de acrescentar
980 a descrição, braille e envolvimento dos facilitadores ler o que está sendo exposto. A Sra. Camila
981 Vilhena acrescentou a sobre a Convenção que foi ratificada no Brasil com status Constitucional. O

982 Presidente Décio Gomes Santiago colocou em processo de votação a Nota sobre a falta de
983 acessibilidade nas Reuniões do Fórum de Interconselhos do Conselho Nacional de participação
984 social, sendo assim a Nota foi aprovada por unanimidade. O Sr. Joelson Costa resumiu que a Nota
985 foi feita em consenso, onde faltou acessibilidade e que esse tipo da situação não pode ocorrer e
986 precisa ser evitada e na perspectiva do CONADE, o direito das pessoas com deficiência foi violado.
987 Sendo assim fica o pedido desse CONADE, por intermédio da Nota e pela Secretaria Geral da
988 Presidência da República, que foi um dos Órgãos do Conselho Nacional de Participação Social,
989 para que nas próximas reuniões, seja evitado cuidado e não se repita e também no que diz respeito
990 às reuniões do PPA participativo que serão realizadas a partir desse mês de maio em todo o país. A
991 Sra. Carolina Fávero afirmou estar ciente dessa nota do CONADE e que irá acolher todas as
992 considerações pertinentes e convocou desculpas coletivamente em nome da Secretaria e do
993 Ministério. Reafirmou que não houve um esquecimento do tema na gestão da organização do
994 evento, mas concordou que houve erros no planejamento e na organização do evento e que não se
995 repetirá, nas próximas reuniões será convocado a Secretaria Nacional de Pessoas com Deficiência,
996 para nos apoiar, e tornar o evento com acessibilidade. Declarou que estarão mais atentos na questão
997 de acessibilidade nos eventos, com o apoio de vocês com a competência técnica, e informou que já
998 solicitaram algumas mudanças para as próximas plenárias estaduais. Sugeriu encaminhar algumas
999 orientações práticas para disseminar ao Governo Federal, de práticas que precisam ser observadas e
1000 precisam ser implementadas na realização de eventos, tanto na parte visual, na estrutura física, de
1001 apoio e na divulgação. O Conselheiro Antônio José justificou que medidas são adotadas, para que
1002 não se repita e mencionou que a acessibilidade não pode ser um fator acessório e sim um fator
1003 social e que a premissa Inter conselhos fica totalmente prejudicado. Preocupou se com os Estados e
1004 que exijam no mínimo espaço com acesso arquitetônico e comunicacional. E perguntou sobre o
1005 calendário dos encontros estaduais e destacou que quanto aos documentos e protocolos dessas
1006 orientações já existem e que será encaminhado. O Conselheiro Joelson Dias informou que
1007 disponibilizou no grupo de WhatsApp do CONADE informações sobre o fórum Interconselhos e
1008 sobre o PPA participativo. Para que todos possam prestar contas do que foi essa nossa participação
1009 na primeira reunião do Fórum Interconselhos, e nessas informações disponibilizadas no grupo de
1010 WhatsApp está o relato do que foi dessa primeira reunião, as informações de todas as próximas
1011 reuniões do PPA participativo que acontecerão no Brasil. Para que as Entidades representativas da
1012 Sociedade Civil de pessoas com deficiência, possam tomar conhecimento das datas e se antecipar,

1013 organizar, fazer a inscrição e participar desses eventos, nas informações estão os sites oficiais do
1014 Governo que trazem essas datas, informações sobre a participação e o link de inscrição. A Sra.
1015 Carolina Fávero apresentou o Calendário: Bahia - Arena Fonte Nova (11 de maio das 10h às 13h),
1016 Alagoas (12 de maio das 10h às 13 horas, no Centro de Convenções de Maceió), Pernambuco (12
1017 de maio das 16h às 19h no teatro do Guararapes em Olinda), Paraíba (13 de maio das 10h às 13h no
1018 espaço cultural José Lins do Rego em João Pessoa), Rio Grande do Norte (25 de maio das 18h às
1019 21h na escola de governo em Natal), Ceará (26 de maio das 10h às 13h no centro de eventos do
1020 Ceará em Fortaleza), Piauí (26 de maio das 18h às 21h em Teresina), Maranhão (27 de maio das
1021 10h às 13h), São Luís sem o local definido, Sergipe foi adiado e sem data. Mencionou que
1022 eventualmente poderá sofrer algumas alterações de datas e os locais. Informou que está divulgado
1023 no site e na cartilha do PPA participativo e convidou a todos a participarem, a estimular as pessoas
1024 participam também via plataforma digital, a fim de mobilizarem as Organizações da Sociedade
1025 Civil nos seus diferentes segmentos, nos Estados a contribuírem nas Plenárias Estaduais, pontuou
1026 que a ideia da Plenária Estadual é que as pessoas participem com os programas prioritários, que vão
1027 fazer parte do PPA e também discutir e apresentar propostas, e todas as contribuições serão
1028 identificadas nos Ministérios, os programas e as propostas das pessoas com deficiência, no
1029 incentivo de mobilizar os públicos e dar visibilidade ao orçamento. O Sr. Geziel Bezerra
1030 parabenizou o diálogo do Governo que está ocorrendo entre os Estados, onde propostas estão sendo
1031 escolhidas para serem implementadas no PPA. Expressou o desejo de que a Conferência Nacional
1032 ocorra ainda este mês, para que pudesse apresentar várias propostas no próximo PPA. Enfatizou que
1033 as instituições participem e encaminhem suas propostas. Informou que a Conferência em
1034 Pernambuco acontecerá no dia 12, no Teatro Guararapes, em um espaço acessível e com instalações
1035 adequadas, como banheiros acessíveis e uma área ampla, o Conselho Estadual se mobilizou e
1036 solicitou à Secretaria responsável pela pessoa com deficiência que garantisse Interpretes de Libras e
1037 descrição de áudio. Observou que a garantia dessas medidas de acessibilidade foi uma proposta
1038 discutida na reunião, e expressou satisfação pelo fato de que Pernambuco estará bem representado
1039 na Conferência. O Sr. Beto Pereira pontuou que esse processo de escuta é fundamental e indagou se
1040 já foi feito teste desse formulário online para pessoa cegas, com baixa visão e pessoas surdas e de
1041 algumas questões de acessibilidade que precisam ser consideradas. O Presidente Décio Gomes
1042 informou que todos os Conselhos Estaduais e Municipais todos os Conselheiros, serão convocados
1043 para poder acompanhar perto essa Consulta Pública e o CONADE está à disposição para apoiar e

1044 enviar os documentos e se possa ter ampla participação, mas pontuou que é necessário ter a questão
1045 da garantia de acessibilidade, para quem não venha acontecer o que aconteceu na reunião passada.
1046 O Conselheiro Antônio José se comprometeu com a Carol que essa semana iriam se sentar para
1047 tentar organizar o mínimo de acessibilidade para que as pessoas consigam participar e fazer uma
1048 reunião para organizar esse meio de campo, e aí a gente já dá um informe aqui no grupo do
1049 CONADE das providências foram tomadas para avançar nessa questão. O Conselheiro Beto Pereira
1050 se comprometeu com a Sra. Carolina se reunirem nesta semana para organizar um plano de ação
1051 visando garantir um nível mínimo de acessibilidade, permitindo que as pessoas participem, planejar
1052 uma reunião para discutir e resolver esse assunto, e depois informarão ao grupo do CONADE sobre
1053 as providências que foram tomadas para avançar nessa questão. A Sra. Carolina Fávero pediu
1054 desculpas mais uma vez e se colocou à disposição, consciente de que há uma agenda a ser
1055 cumprida, e propõe a definição de uma agenda conjunta para trabalharem juntos nos próximos dois
1056 meses, acreditou que possivelmente enfrentem limitações burocráticas, pois não possuem um
1057 espaço físico gratuito devido à falta de recursos financeiros para custeá-lo. O Presidente Décio
1058 Gomes Santiago, sem demora prosseguiu para o próximo ponto de pauta com a apresentação do
1059 Relatório da CAC e do Relatório da Comissão da Organização da V Conferência. O Conselheiro
1060 Antônio José informou que Comissão de Articulação de Conselhos (CAC) realizou uma reunião
1061 com a presença da Conselheira Francine (ABRASCO), o conselheiro Beto Pereira da (ONCB), o
1062 conselheiro Jesiel da (ONEDEF), o conselheiro governamental Rogério do (MCTI) e o conselheiro
1063 Antônio José (Secretaria Nacional) e que durante a reunião, foram discutidos os seguintes
1064 encaminhamentos: a falta do encontro foi a capacitação de Conselheiros, mencionando discussões
1065 passadas sobre o tema entre julho e agosto de 2022, quando o CONADE realizou um levantamento
1066 sobre temas e necessidades de capacitação. Destacou que o grupo concordou em recuperar esse
1067 material para o planejamento de novas ações, além de registros de planos de capacitação anterior e
1068 essa organização foi sugerida em dois formatos: uma capacitação presencial com os conselheiros do
1069 CONADE e os Presidentes dos Conselhos Estaduais, e uma capacitação remota para Conselheiros
1070 Municipais, Estaduais e Distritais dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo outros
1071 Conselhos de Direitos e Políticas, por meio de parceria e que a participação presencial dos
1072 Conselheiros Estaduais seria financiada pelos próprios estados. Informou a alteração da data da
1073 próxima reunião do Conselho devido à realização da Conferência Nacional de Saúde, que ocorreria
1074 de 17 a 20 de julho. Informou que a participação dos Conselheiros fosse estrategicamente

1075 programada antes das Conferências locais e Regionais e foi sugerida a realização da capacitação
1076 presencial durante os dias de reunião do CONADE, com diferentes possibilidades de distribuição de
1077 tempo entre as atividades. Confirmou ainda que a Comissão também propôs que a capacitação
1078 presencial adotasse um formato dialógico, evitando palestras e incorporando atividades dinâmicas e
1079 grupos de trabalho. A SNP (Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência) seria
1080 responsável pelo desenho da proposta com base nas deliberações do Pleito, apresentando-a em uma
1081 reunião extraordinária virtual até o prazo de 15 dias corridos após a reunião, que seria realizada em
1082 22 de maio e por fim, a CAC sugeriu que outros Conselhos Nacionais relacionados aos direitos
1083 humanos fossem convidados para a Reunião Ordinária, com a presença de seus Presidentes e Vice-
1084 presidentes, a fim de discutir como suas agendas incluem discussões sobre a interseção com a
1085 deficiência. O Presidente Décio Gomes Santiago ressaltou que na próxima reunião 17 a 20 de julho,
1086 se terá a reunião do CONADE, a reunião da Conferência e a reunião de capacitação dos
1087 Conselheiros e colocou para avaliação dos Conselheiros. A Sra. Cristina Mosqueta levantou a
1088 questão sobre o curso presencial e o curso a distância durante a reunião e questionou se o curso a
1089 distância abrange todos os conteúdos do curso presencial e se seria necessário fazer o curso
1090 presencial se já tivessem feito o curso a distância, tanto para o pessoal quanto para os Conselheiros
1091 dos Estados. O Conselheiro Antônio José mencionou que na reunião da Comissão, foi discutido o
1092 compromisso assumido pelo Conselho na Gestão passada, de fornecer capacitação aos Conselheiros
1093 Estaduais e a Comissão decidiu seguir essa definição e, em seguida, disponibilizar a ideia de
1094 construir um curso online para os Conselhos Municipais e isso ocorreu devido à impossibilidade de
1095 reunir presencialmente todos os Conselhos Municipais, uma vez que sua quantidade é
1096 significativamente maior do que a dos Conselhos Estaduais. Observou com relação ao tempo
1097 disponível para a elaboração do documento orientador, houve consenso sobre a necessidade de mais
1098 discussões, que foram feitas sugestões pertinentes para sua inclusão, e uma reunião online foi
1099 proposta para esta semana, visando finalizar o documento. Notificou que o objetivo é encaminhá-lo
1100 aos Conselhos, pois é fundamental que o documento orientador esteja disponível nos Municípios
1101 antes do dia primeiro de julho, dessa forma, não seria possível aprová-lo na reunião de julho e seria
1102 necessário aprovar antes dessa data. A Conselheira Francine de Souza reforçou a necessidade de
1103 discutir estratégias e formatos e que aprofundar a organização temática seria inviável antes da
1104 realização das Conferências Locais. Observou que há uma questão de tempo relacionada no preparo
1105 dos Conselhos Nacionais, não apenas do CONADE. Destacou que a intenção é estabelecer um

1106 diálogo com os Presidentes e Vice-Presidentes dos Conselhos Nacionais do Ministério e defendeu
1107 que a capacitação ampliada não pode ser realizada imediatamente e que existe a possibilidade de
1108 um encontro presencial em um futuro próximo, para que seja possível organizar e elaborar melhor o
1109 curso ampliado, além de fechar os acordos necessários com a escola responsável por oferecê-lo. A
1110 Sra. Cristina Mosqueta completou que o curso presencial já possui os conteúdos estruturados, que é
1111 considerado o aspecto mais complexo e demorado e que seja mais justo deixar o para abordar a
1112 questão das Conferências, ao invés de realizar a capacitação presencial. Sugeriu que a capacitação
1113 seja feita de forma online (EAD) pela ENAP, evitando que as pessoas precisassem se deslocar de
1114 seus Estados, o que pode ser financeiramente e pessoalmente complicado, acreditou que essa seria
1115 uma solução flexível e viável. O Conselheiro Antônio José considerou em enxugar a capacitação e
1116 assim realizar a reunião com a duração de três dias, e utilizar um dos dias para a capacitação e que
1117 poderia ser feita a capacitação no primeiro dia e, a partir do segundo dia, dar continuidade à reunião
1118 do CONADE. E assim não haveria prejuízo, e teriam mais tempo para a Conferência, evitando
1119 deixá-la como último item da reunião. O Presidente Décio Gomes Santiago sugeriu que realizar no
1120 primeiro dia a capacitação, segundo dia as reuniões da Comissões e terceiro e quarto dia a reunião
1121 do Plenário, permitindo enxugar ainda mais os temas abordados durante as reuniões. O Conselheiro
1122 Antônio José lembrou que a Comissão Organizadora se dividiu em duas comissões: a Comissão
1123 Técnica Científica que vai cuidar dos subsídios da metodologia dos conteúdos da Conferência e a
1124 Comissão de Infraestrutura que vai cuidar da acessibilidade comunicacional arquitetônica e outras
1125 necessidades referentes a logística. O Presidente Décio Gomes Santiago prosseguiu colocando em
1126 processo de votação o relatório da CAC, da seguinte forma: realizar no primeiro dia a capacitação,
1127 segundo dia as reuniões da Comissões e terceiro e quarto dia a reunião do Plenário, sem mais a
1128 acrescentar e ficou aprovado o Relatório da CAC e do Relatório da Comissão da Organização da V
1129 Conferência e imediatamente, avançou para o próximo ponto de pauta com a apresentação do
1130 Relatório da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas – COF. A Sra. Denise Rodrigues
1131 apresentou o Relatório onde a COF (Comissão de Orçamentos e Finanças) analisou o teor do Ofício
1132 número 126 de 2023, emitido pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência em
1133 resposta a um Ofício anterior enviado pela comissão, e a COF considerou importante solicitar
1134 informações adicionais sobre o orçamento, o kit equipagem para os conselhos e a agenda de
1135 reuniões. Informou que foram solicitados detalhamentos sobre o valor total do recurso disponível,
1136 especificando qual percentual corresponde a cada uma das ações. Solicitou o detalhamento do

1137 orçamento pretendido para a V Conferência Nacional dos direitos da pessoa com deficiência, uma
1138 vez que a resposta da Secretaria indicou que não há orçamento para este ano, mas espera-se
1139 informações para o próximo ano, também foi solicitado à SNDPD informações detalhadas sobre o
1140 kit equipagem, incluindo quantidade, componentes e configuração técnica, que são consideradas
1141 importantes para análise e sugestões de melhorias. Destacou que a COF planeja realizar um
1142 levantamento do orçamento de todos os órgãos da administração federal que possuem competências
1143 relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência, a fim de estabelecer um planejamento de
1144 ações e uma agenda de acompanhamento da aplicação dos recursos orçamentários definidos pelos
1145 diversos órgãos. O Presidente Décio Gomes Santiago informou dos encaminhamentos, mais pontual
1146 dos pedidos de informação mais preciso dessa Comissão, já solicitado e também buscar estar perto
1147 dos Representantes dos Conselheiros que foram indicados para os Interconselhos e passar as
1148 informações para o Pleno a questão Orçamentária que cada Ministério, de cada ação que a própria
1149 Secretaria vai ter na área da pessoa com deficiência e dessa forma, prosseguiu colocando em
1150 processo de votação, sem mais a acrescentar e ficou aprovado o Relatório da COF e imediatamente,
1151 avançou para o próximo ponto de pauta com a apresentação do Relatório da Comissão de
1152 Acompanhamento e Monitoramento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e
1153 da Lei Brasileira de Inclusão – CMC. O Sr. Joelson Dias informou que foi realizada a reunião da
1154 Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da Convenção, com a participação dos seguintes
1155 membros: a Conselheira Adriana representando o Ministério das Relações Exteriores, Joelson Dias
1156 representando a Ordem dos Advogados do Brasil, Daniel Paganelli de Assis da Silva representando
1157 o CONFEA e José Antônio representando a Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes
1158 Visuais e os representantes do Ministério dos Transportes e da Previdência Social não estiveram
1159 presentes na reunião. Destacou que durante a reunião, foi discutida a necessidade de contatar os
1160 representantes do Ministério dos Transportes e da Previdência Social para confirmar se eles têm
1161 conhecimento e consciência de sua participação na comissão de acompanhamento da convenção.
1162 Considerou três pontos de pauta na reunião: O primeiro ponto foi a designação de um relator para
1163 acompanhar as providências relacionadas à elaboração do relatório que o Brasil deverá encaminhar
1164 ao comitê da ONU responsável pela supervisão da convenção, da importância desse relatório, da
1165 participação da sociedade civil em sua elaboração e da antecipação na divulgação de informações
1166 para que a sociedade civil possa se mobilizar e acompanhar as respostas do Brasil ao comitê da
1167 ONU. Confirmou que espera os quesitos que serão enviados pelo comitê da ONU ao Brasil e que o

1168 CONADE será informado, para que a sociedade civil possa se organizar e participar ativamente da
1169 sessão do Comitê. Destacou ainda um segundo ponto que tratou da designação de um relator para
1170 acompanhar novas normas e documentos dos organismos internacionais, como a ONU e a OEA,
1171 relacionados à promoção da convenção da ONU e outros tratados de direitos humanos ratificados
1172 pelo Brasil. Ressaltou que a Conselheira Adriana foi designada relatora desse ponto, com o objetivo
1173 de manter a Comissão atualizada sobre informações relevantes que possam ser imediatamente
1174 disponibilizadas no grupo de Whatsapp do CONADE. Abordou outro ponto discutido que foi o
1175 encaminhamento dado ao levantamento das Normas que ainda necessitam de Regulamentação,
1176 tanto na própria Convenção como na Lei Brasileira de Inclusão. Destacou que o Conselheiro Milton
1177 Vieira, que não pôde comparecer à reunião devido a mudanças no governo, foi substituído pelo
1178 Conselheiro Daniel, que assumiu a relatoria desse item. Ressaltou que a Comissão está fazendo um
1179 levantamento de todos os temas e assuntos relacionados aos direitos contemplados na Convenção,
1180 para posterior discussão e encaminhamentos no Plenário do CONADE. Confirmou sobre a
1181 Organização Da Comissão e a participação em eventos relacionados à Conferência dos Estados da
1182 ONU, que ocorrerá em Nova York. Mencionou que a Secretaria Nacional dos Direitos da pessoa
1183 com deficiência está em contato com a Unicef, para a realização de um seminário nacional sobre
1184 tecnologia assistiva e linguagem simples. Destacou que o Itamaraty tem apoiado a Secretaria para
1185 que a Comissão e a Delegação possam participar dos eventos paralelos à Conferência. Registrou
1186 que o CONADE será informado oportunamente sobre esses eventos e todos os Conselheiros
1187 poderão participar virtualmente. O Presidente Décio Gomes Santiago prosseguiu colocando em
1188 processo de votação o Relatório, e sem mais, ficou aprovado o Relatório da Comissão de
1189 Acompanhamento e Monitoramento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e
1190 da Lei Brasileira de Inclusão – CMC e avançou para o próximo ponto de pauta com a apresentação
1191 do Relatório da Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP. A
1192 Sra. Maria Cecília destacou que na reunião da Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos da
1193 Pessoa com Deficiência - CDP, realizada em 09/05/2023, estiveram presentes os seguintes membros
1194 representantes do Ministério do Esporte, da (ABRA), da (AFAG) e da (FENAPAES). Mencionou
1195 que durante a reunião, foram discutidos encaminhamentos relacionados a demandas da pessoa com
1196 deficiência e possíveis violações de direitos e foi determinado o arquivamento desses casos e seu
1197 encaminhamento aos órgãos pertinentes para análise. Destacou que um dos assuntos tratados foi a
1198 questão da Lotex, que prevê a comercialização feita por pessoas com deficiência. Ressaltou que a

1199 Conselheira Maria do Carmo Tourinho, receba desse CONADE informações oficiais do Ministério
1200 da Fazenda, sobre a matéria, que também possa ser ouvido para contribuir na formatação desse
1201 produto, ficando acordado que a próxima reunião será apresentada um parecer detalhado sobre o
1202 assunto e recebidas informações necessárias. Discorreu sobre a carta aberta da FEBRARAS que
1203 ocupa uma cadeira no CONADE representando pessoas com doenças raras. Informou que a carta
1204 trata do julgamento de um recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal, relacionado ao
1205 fornecimento de medicamentos de alto custo não disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS) e a
1206 Comissão apresenta ao Plenário do CONADE para ratificação por meio de um parecer. Pontuou que
1207 o julgamento mencionado tem a repercussão geral e preocupa não apenas os pacientes com doenças
1208 raras, mas também aqueles com doenças graves, incluindo deficiências decorrentes dessas
1209 condições e que a decisão pode afetar negativamente o acesso a tratamentos médicos essenciais para
1210 centenas de milhares de pessoas em todo o Brasil. O Conselheiro Suplente Wagner esclareceu sobre
1211 os Encaminhamentos: Primeiro sobre a carta aberta da FEBRARAS, pedindo a ratificação dessa
1212 carta por esse CONADE e o segundo é pedindo informações ao Ministério da Fazenda, sobre o
1213 eventual lançamento desse produto, porque não se tem certeza se existe ou não, porque se tem só o
1214 que foi divulgado na internet e solicitou mais informações ao Ministério da Fazenda e destacou a
1215 Comissão é favorável ao Relatório. A Sra. Maria Cecília explicou que a carta aberta discutida na
1216 reunião aborda a questão das pessoas com doenças raras, da FEBRARAS. Destacou que mais de
1217 80% das pessoas com doenças raras desenvolvem algum tipo de deficiência, o que justifica a
1218 preocupação levada ao CONADE. Informou que a Associação dos Familiares, Amigos e Portadores
1219 de Doenças Graves (AFAG) também enviou uma carta ratificando a posição da FEBRARAS e
1220 ampliando o contexto para incluir pessoas com doenças graves. Ressaltou que a preocupação é que
1221 essa decisão do STF, terá impacto sobre todas as pessoas que necessitam de tratamentos de alto
1222 custo que não estão disponíveis no SUS. Lembrou que a pessoa só terá direito ao tratamento se este
1223 não tiver sido recusado pela incorporação pela CONITEC. Observou que a dificuldade de
1224 incorporar novos tratamentos pela CONITEC é devido à falta de acompanhamento da evolução
1225 científica e a tendência inicial de pareceres contrários à incorporação, gerando dificuldades para
1226 pacientes com doenças graves, como câncer, que podem impactar suas vidas e resultar em
1227 deficiências. Ressaltou que a CONITEC é um órgão do Ministério da Saúde que frequentemente é
1228 acionado judicialmente, o que levanta questionamentos sobre a imparcialidade dos pareceres
1229 emitidos e outro ponto destacado é que a carta menciona um possível desconhecimento dos

1230 ministros do STF sobre o papel da CONITEC, afirmando que é responsabilidade da Anvisa avaliar
1231 a eficácia e segurança dos tratamentos, e não da CONITEC. O Presidente Décio Gomes Santiago
1232 Encaminhamentos: 1) Apoio consolidando o parecer da comissão com relação a carta da
1233 FEBRARAS e 2) solicitar ao Ministério da Fazenda, informações sobre o processo da LOTEX. E
1234 colocou em processo de votação o Relatório, e ficou aprovado o Relatório da Comissão de Defesa e
1235 Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP. O Sr. Daniel Faganello concordou com
1236 a proposta da Conselheira Denise de convidar a CONITEC para esclarecer informações importantes
1237 relacionadas ao julgamento considerado interessante. Mencionou que a associação FEBRARAS é
1238 reconhecida por trazer demandas relevantes, e a carta apresentada é considerada bem fundamentada,
1239 mesmo que o conhecimento técnico completo não esteja presente. Sugeriu convidar a CONITEC
1240 para trazer esclarecimentos ao Conselho. O Presidente Décio Gomes Santiago acrescentou aos
1241 encaminhamentos convidar a CONITEC para trazer esclarecimentos ao Conselho e avançou para o
1242 último ponto de pauta com a apresentação do Relatório da Comissão de Políticas Públicas – CPP. A
1243 Sra. Jô Nunes e Sra. Wallace apresentou o relatório que teve como objetivo discutir os principais
1244 temas que devem ser abordados nas ações planejadas para a Comissão ao longo do ano. Informou
1245 que estiveram presentes representantes do Ministério do Desenvolvimento Social, da Associação
1246 Brasileira de Síndrome de Williams, da Federação Nacional de Associações Pestalozzi, da
1247 Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, do Ministério das Mulheres, entre outros
1248 e houve a ausência justificada de alguns membros, devido a problemas de comunicação via e-mail.
1249 Destacou que foi proposto um planejamento das próximas reuniões da Comissão, que ocorrerão em
1250 julho, setembro, novembro, além de uma reunião extraordinária. Abordou alguns dos principais
1251 temas: a acessibilidade, a central de libras, transporte, habilitação e a profissão de cuidador e
1252 também foi discutido o Plano Nacional de Cuidados de Centro Dia, do cuidador de apoio e outros
1253 assuntos. Notou que na reunião de setembro, será analisado o PPA de 2024 a 2027, assim como o
1254 Plano Nacional de Tecnologia Assistiva, em novembro, serão retomadas as discussões sobre a rede
1255 de cuidados da pessoa com deficiência, a regulamentação dos cuidadores e a questão do emprego
1256 apoiado. Pontuou que a reunião extraordinária abordará o controle de lazer, o esporte adaptado e o
1257 Plano Nacional de Cuidados. Observou a necessidade de uma temática específica de capacitação,
1258 pois todos os temas discutidos envolvem a formação contínua dos profissionais que lidam com
1259 pessoas com deficiência e que será tratada como uma temática transversal. Ressaltou não ter
1260 encaminhamento e que poderá ser alterado conforme o andamento das Comissões. O Presidente

1261 Décio Gomes Santiago finalizou e sem mais a acrescentar, colocou em processo de votação o
1262 Relatório, e ficou aprovado o Relatório da Comissão de Políticas Públicas – CPP e Ressaltou que se
1263 tenha um retorno das discussões de cada Comissão e que nós recebamos do Coordenador Maurício
1264 e da secretaria Isana, respostas dos encaminhamentos das ações que a Comissão deliberou nas
1265 reuniões. A Sra. Isana (CONADE) mencionou alguns informes importantes de que na próxima
1266 semana será enviada a convocação para a próxima reunião, e que respondam o mais rápido possível,
1267 ressaltou também que a documentação deve ser enviada dentro do prazo, e aos Conselheiros que
1268 não puderem comparecer avisem com antecedência, para que a convocação seja encaminhada aos
1269 respectivos suplentes. O Sr. Jonas Pontes convidou ao CONADE a participarem dos jogos
1270 Paradesportivo do movimento, que será realizado no dia 22 dia 24 de julho, em Brasília na sede da
1271 Pestalozzi e agradeceu pela compreensão e dedicação de cada um. O Conselheiro Beto Pereira
1272 aproveitou para convidar a todos para participar do primeiro Encontro Nacional de Empregabilidade
1273 e Acesso a Rendas, organizado pela Organização Nacional de Cegos do Brasil, que será nos dias 10,
1274 11 e 12 de julho e contará com a presença de 150 participantes com deficiência visual, incluindo
1275 cegos e pessoas com baixa visão de todo o país e também será comemorado o 15º aniversário da
1276 Organização Nacional de Cegos do Brasil. O Sr. Joelson Dias informou que próximos dias 30 de
1277 maio a 2 de junho no Centro de Convenções de Uberlândia Minas Gerais, será realizado o 13º
1278 Fórum da internet no Brasil, promovido pelo Comitê Gestor da internet no Brasil a ONU e o Fórum
1279 de governança da ONU, sobre a internet e é de fundamental importância todos participarem
1280 presencial ou Virtual. O Presidente Décio Gomes Santiago informou que a Comissão
1281 Organizadora solicita para próxima terça-feira uma reunião virtual, para fechar o documento
1282 orientador da Conferência. **ENCERRAMENTO:** Feitos os agradecimentos a todos e não havendo
1283 mais nenhum item a ser tratado o Presidente Interino do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa
1284 com Deficiência Décio Gomes Santiago, agradeceu a presença de todos e encerrou a 132ª Reunião
1285 Ordinária do CONADE.

1286

1287

Décio Gomes Santiago

1288

Presidente Interino do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE

1289

Maio de 2023